

ANA CRISTINA ALVES LEAL

O REGISTO COMERCIAL

Orientador: Prof. Dr. Joel Hasse Ferreira

Instituto Superior de Ciências da Administração

Departamento de Solicitadoria



Lisboa

2014

ANA CRISTINA ALVES LEAL

O REGISTO COMERCIAL

A problemática de um registo por depósito

Dissertação apresentada para a obtenção do
Grau de Mestre em Solicitadoria no Curso
de Mestrado em Solicitadoria, conferido pelo
Instituto Superior de Ciências da
Administração.

Orientador: Prof. Dr Joel Hasse Ferreira

Instituto Superior de Ciências da Administração
Departamento de Solicitadoria

Lisboa
2014

"Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou
construir um castelo..."

Fernando Pessoa

Dedicatória

Ao meu pai pelo seu exemplo de determinação e sacrifício.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Joel Hasse Ferreira, orientador da minha tese de mestrado em solicitadoria, pelo apoio, e disponibilidade demonstrada.

Ao Professor Doutor Luís Manana de Sousa pelas suas doudas indicações.

Ao ISCAD - Instituto Superior Ciências da Administração, por me ter proporcionado a oportunidade e privilégio de frequentar este mestrado, que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica.

Ao meu pai Pedroso Leal, por todo o esforço que fez, para me proporcionar todas as oportunidades e por estar sempre presente.

Ao meu marido Samuel, pelo seu inestimável apoio e compreensão.

Ao meu filho Afonso, pelos momentos de ausência.

À minha mãe Virgínia, pela sua disponibilidade, carinho e compreensão em cuidar do neto, sempre que estive ausente.

À minha irmã Sónia, pelas suas queridas palavras de incentivo.

Aos meus colegas de mestrado, Isabel, José Martins, Reinaldo e Herlander, pelo seu companheirismo e apoio.

Aos meus amigos, em especial à Sabrina e ao Nuno pelo seu exemplo de persistência e força em obter os seus graus académicos superiores e à Carla pelas intermináveis chamadas telefónicas nas várias viagens que tive de fazer no decurso do primeiro ano de mestrado.

A todos, aqueles que tornaram possível a concretização deste trabalho os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O estudo do registo comercial, em especial do registo comercial por depósito é o tema central do meu trabalho.

O registo comercial, conforme dispõe o art. 1.º n.º1 do Código do Registo Comercial destina-se a dar publicidade à situação jurídica dos comerciantes individuais, das sociedades comerciais, das sociedades civis sob forma comercial e dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, tendo em vista a segurança do comércio jurídico.

Poderia assim subentender-se que estaríamos perante o princípio da presunção da verdade registal.

O Dec.-Lei 116/2008, publicado no Diário da República de 4 de Julho de 2008, sob a égide do Programa do XVII Governo Constitucional que dispõe que «os cidadãos e as empresas não podem ser onerados com imposições burocráticas que nada acrescentem à qualidade do serviço», determinando ainda que «no interesse conjunto dos cidadãos e das empresas, serão simplificados os controlos de natureza administrativa, eliminando-se actos e práticas registrais e notariais que não importem um valor acrescentado e dificultem a vida do cidadão e da empresa (como sucede com a sistemática duplicação de controlos notariais e registrais)», desformalizou, simplificou e anulou, a nosso entender, o princípio da presunção da verdade registal no Registo Comercial.

Procuramos analisar os princípios orientadores do registo comercial, o seu objecto e enquadramento legal, os factos e acções sujeitos a registo, efeitos e vícios.

De um modo particular incidimos sobre os processos de registo, procurando distinguir o processo de registo comercial por transcrição do processo de registo comercial por depósito.

Por fim abordámos a desvalorização do registo comercial e a consequente perda de segurança jurídica perante actos de pseudo-registo por depósito.

Palavras-chave: registo comercial, registo por depósito, segurança jurídica.

Abstract:

The study of commercial registry, in particular commercial registry by deposit, will be the main theme of my paperwork.

Commercial Registry, pursuant article 1º, nr. 1 of Portuguese Commercial Registry Code, intends to give publicity to the juridical situation of individual traders, commercial companies, civil law companies under a commercial form and individual establishments of limited liability, with a view to the security of juridical commerce.

Therefore, one could presume that we were before the principle of presumption of registral truth.

The Decree-Law 116/2008 published on Republic's Diary on 4th of July of 2008, came to simplify and annul, on our view, the principle of presumption of registral truth in what concerns Commercial Registry, under the aegis of the XVII Constitutional Government's Program, which sets that “citizens and companies cannot be oppressed by bureaucratic obligations that do not add anything to the quality of service”, therefore stating that “on behalf of citizens and companies interest, the controlling of administrative natures will be simplified, ending with unnecessary acts and registral and notarial actions that trouble citizen's and company's life (such as the case of continuing duplication of notarial and registral controlling)”.

We intend to verify the guiding principles of commercial registry, its purpose and legal context, the facts and actions submitted to registry, effects and vices.

In a particular way, we take action on registry process, looking for distinguish the process of commercial registry by transcription from commercial registry by deposit.

Finally, we broached the depreciation of commercial registry and its consequent loss of juridical security before acts of pseudo-register by deposit.

Key-words: Commercial registry, registry by deposit, juridical security.

Abreviaturas

CC: Código Civil

CPC: Código do Processo Civil

CRP: Constituição da República Portuguesa

CRC: Código do Registo Comercial

CSC: Código das Sociedades Comerciais

DL: Decreto-Lei

IRN: Instituto dos Registos e do Notariado

BRN: Boletim dos Registos e do Notariado

CIRE: Código da Insolvência e Recuperação de Empresas

RRC: Regulamento do Registo Comercial

RNPC: Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

NIPC: Número de Identificação de Pessoa Colectiva

IES: Informação Empresarial Simplificada

Índice geral

Introdução

Capítulo I - O REGISTO COMERCIAL EM GERAL

1. Natureza e objecto do registo comercial	15
2. Princípios do registo comercial	16
2.1 Princípio da instância	16
2.2 Princípio da tipicidade	18
2.3 Princípio da presunção da verdade registal	18
2.4 Princípio da legalidade	18
2.5 Princípio da publicidade	19
2.6 Princípio da prioridade	20
2.7 Princípio do trato sucessivo	21
2.8 Princípio da especialidade	22
3. Síntese histórica da evolução do registo comercial	22

Capítulo II – FACTOS, ACÇÕES E DECISÕES SUJEITAS A REGISTO

1. Comerciantes individuais	26
2. Sociedades comerciais e sociedades civis sob a forma comercial	26
3. Sociedades anónimas europeias	28
4. Cooperativas	29
5. Empresas públicas	30
6. Agrupamentos complementares de empresas	31
7. Agrupamentos europeus de interesse económico	31
8. Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada	32
9. Acções e decisões sujeitas a registo	32
10. Outros factos sujeitos a registo	34

Capítulo III – DO PROCESSO DE REGISTO

1. Organização do Registo Comercial	36
1.1 competência genérica	36
1.2 competência funcional	36

1.3 competência territorial	37
2. Formas de apresentação do pedido de registo	38
2.1 Apresentação via presencial	39
2.2 Apresentação via ctt	39
2.3 Apresentação via electrónica	39
3. Processos de registo	41
3.1 Por transcrição	42
3.2 Por depósito	43
4. Vícios do registo	45
4.1 Nulidade	45
4.2 Inexactidão	46
5. Suprimento, rectificação e reconstituição do registo	46
5.1 Rectificação	47
5.2 Reconstituição	47
Conclusão	49
Bibliografia	50
Apêndices	53
Anexos	68

Introdução

Procuramos de um modo modesto que o tema escolhido nos permitisse aprofundar os nossos conhecimentos no âmbito do registo comercial, área pela qual nos interessamos e na qual a autora intervém enquanto solicitadora.

A intervenção do Solicitador, sempre reduzida na área comercial em detrimento da intervenção do notário nunca foi, na nossa opinião mais que auxiliar. Agora, com a reforma de 2006, entendemos ser uma área de excelência com elevado potencial.

Para tal, importa reconhecer que existe a necessidade de aprofundar conhecimentos, pois as práticas correntes diárias são muitas vezes insuficientes.

Diariamente somos questionados sobre o papel do Solicitador numa empresa, ao qual a resposta é a de procuramos garantir a segurança jurídica dos actos por si praticados prestando assessoria jurídico-legal, desde o momento da sua constituição e durante toda a sua existência.

A vontade das pessoas não é alheia aos nossos interesses, ao invés procuramos na nossa intervenção definir e concretizar legalmente as suas pretensões.

O estudo do tema escolhido tem no nosso entender particular relevância pelo facto de apesar de ser uma área recentemente alterada pelo legislador carece de alterações fulcrais para que a segurança jurídica se mantenha.

O ser humano é curioso por natureza e as novas ferramentas na área do registo comercial trouxeram-lhe a possibilidade de actuar autonomamente sem sequer consultar um profissional da área jurídica. Julgou o legislador que era uma área na qual não era necessária intervenção jurídica? Entendeu suficiente em determinados casos um controlo por parte do Conservador, pois nos restantes entendeu que todos os cidadãos terão conhecimentos técnicos para redigir, por exemplo um contrato de cessão de quotas, e submetê-lo on-line, registando-o sem mais.

Os erros técnicos dos cidadãos menos habilitados e conhecedores da lei, as falsas declarações e a insegurança passaram a figurar de muitas certidões comerciais que antes sob um duplo controlo de legalidade asseguravam a segurança do comércio jurídico.

Para concretizar o tema escolhido procuramos estudar e caracterizar o registo comercial, os seus objectivos e princípios e distinguir quais os registos cujo controlo ainda se encontra garantido dos que incompreensivelmente foram considerados pelo legislador

como acessórios e apenas dependentes de um mero depósito sem qualquer análise ou leitura por parte de um profissional do foro.

Da curiosidade de quem se considera entendido sem o ser, nascem diariamente evidentes ilegalidades¹, as quais fazem crescer a litigiosidade e infelizmente remetem o registo comercial para um patamar de inferioridade perante os outros registos.

Nem o registo predial, civil ou até automóvel sofreu tanto à mão do legislador.

Qual a intenção de uma dicotomia entre registo por depósito e registo por transcrição?

Da simplificação nasceu para a maioria das pequenas e médias empresas a possibilidade de registarem os documentos por si elaborados, evitando custos com técnicos habilitados.

Do duplo controlo no momento da formalização e do registo, passamos a uma inexistência de controlo.

Todas estas questões que nos conduziram durante esta dissertação, permitiram-nos dar a conhecer um pouco mais, a quem não é da área, a evolução e perspectivas do registo comercial.

As conclusões a que chegaremos terão um único propósito o de restabelecer a segurança jurídica do registo comercial e renovar a sua excelência.

O presente estudo será assim dividido em quatro partes:

– Um primeiro capítulo, introdutório, onde procuramos rever a natureza e princípios do registo comercial.

De um modo sucinto e sistemático faremos uma análise da evolução das disposições legais, que infelizmente a nosso ver, tem-se afastado dos princípios ora elencados.

– Num segundo capítulo tratarei de enunciar quais os factos, acções e decisões sujeitas a registo identificando qual a forma e registo a que cada um está submetido.

- A terceira parte é dedicada ao processo de registo, em concreto quem o apresenta, de que modo o faz, distinguindo aqui o registo por transcrição do registo por depósito e aferindo das suas vicissitudes.

– Uma quarta e última parte, será dedicada à problemática do registo comercial por depósito e ao papel do conservador.

Para citações e referenciação bibliográfica, adoptámos a Norma APA.

Não adoptamos o novo acordo ortográfico.

¹Referimos como exemplo a venda de quotas entre marido e mulher, casados sob o regime da comunhão e a transmissão de quotas entre sociedades unipessoais.

Questão orientadora:

Os negócios jurídicos decorrem naturalmente sob uma confiança generalizada depositada no nosso sistema jurídico que traz consigo a pretensa segurança jurídica conferida pelo registo comercial.

Será que o Simplex teve em consideração a realidade objectiva da nossa sociedade?

Estará a confiança no sistema registral comercial em “insolvência”?

Apresentaremos um plano de recuperação e aceitaremos sugestões.

CAPÍTULO I

O registo comercial em geral

Não pretendendo fazer do tema central deste trabalho a análise do registo comercial no seu âmbito geral, mas importa aferir qual a sua natureza e objecto para que possamos assim evidenciar quais os princípios que lhe são intrínsecos.

As decisões do legislador sempre conduziram o registo comercial no seio de credibilidade e segurança jurídica cujo futuro parecia ser estável, todavia como teremos oportunidade de analisar o mesmo tem sofrido, resultante de decisões imponderadas, uma incontestável incerteza.

1. Natureza e objecto do registo comercial

O registo comercial, como decorre do art. 1.º do CRC² destina-se a dar publicidade à situação jurídica dos comerciantes individuais, das sociedades comerciais, das sociedades civis sob forma comercial e dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, tendo em vista a segurança do comércio jurídico.

Não pretende regular apenas a actividade de pessoas singulares que exerçam uma actividade mercantil.

Como indica o preâmbulo do CRC, " Nele se incluem as pessoas , singulares ou colectivas, profissional ou estatutariamente ligadas ao comércio, em sentido amplo, independentemente de serem ou não comerciantes".

Segundo Mouteira Guerreiro, "O Código veio "permitir executar os princípios contidos no C.S.C." e, entre várias outras inovações, atribuir o carácter constitutivo ao registo em alguns atos, designadamente no básico registo do contrato de sociedade e da sua extinção..." (Mouteira Guerreiro, 2014,pag 384).

Embora se infira da redação do art.º 1º do CRC supra enunciado que o registo comercial se destina a dar publicidade, a verdade é que ele tem também uma natureza constitutiva ³.

Segundo Oliveira Ascensão, "O que traz de novo o registo do contrato constitutivo? Antes de mais a perfeição típica. ...O registo... assegura o conhecimento, ou a possibilidade de

² Código de registo comercial, designado abreviadamente a partir desse momento por CRC

³ O CRC acolheu a tese segundo a qual « a sociedade só existe depois de registada", de harmonia com o entendimento manifestado sobretudo pela "Escola de Coimbra" (cf. Correia, António de Arruda Ferrer e Caeiro, António Agostinho Fernandes, " Anteprojecto de Lei das Sociedades Comerciais", Parte Geral-1, pp. 66-68.

conhecimento, por parte de terceiros” (Oliveira Ascensão, Direito Comercial Vol IV, pag173,174).

Dispõe o artigo 5.º do CSC⁴, que “As sociedades gozam de personalidade jurídica e existem como tais e partir da data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem, sem prejuízo do disposto quanto à constituição de sociedades por fusão, cisão ou transformação de outras”

O registo comercial tem pois o mérito de ser gerador de personalidade jurídica.

2. Princípios do registo comercial

É relevante para a compreensão do escopo do registo comercial a análise prévia dos princípios que o caracterizam.

São eles que inspiram – ou pelo menos tentam – o legislador na procura das normas mais convenientes à forma como o registo é materializado.

O registo comercial está integralmente imbuído de princípios que inspiram todo o normativo jurídico.

Conforme refere Seabra Lopes, "Relevam entre eles, o princípio da instância, o princípio da tipicidade, o princípio da verdade registal, o princípio da publicidade, o princípio da especialidade, o princípio da legalidade, o princípio da prioridade e o princípio do trato sucessivo" (Seabra Lopes, 2005, pág. 139).

Iremos analisá-los seguidamente.

2.1 Princípio da instância

O princípio da instância vem consagrado no artigo 28.º do CRC e dispõe que o registo apenas se efectua a pedido dos interessados, com excepção das situações de conhecimento oficioso⁵.

O art. 4º. do Regulamento do Registo Comercial⁶ determina que o pedido de registo é formulado verbalmente, se efectuado presencialmente por pessoa com legitimidade para o efeito,

⁴Código das Sociedades Comerciais, futuramente designado abreviadamente por CSC.

⁵ exemplo: art. 65/4º., 71/1º CRC

⁶ - o citado regulamento foi aprovado pela Port. 657-A/2006, 29/6, posteriormente alterada pelas Port. 1416-A/2006 de 19/12, 562/2007 de 30/4, 234/2008 de 12/3 e 4/2009 de 02/1

sendo que nos demais casos, o pedido de registo é feito pela forma escrita, em impresso de modelo aprovado pelo IRN, IP, ou, promovido on-line⁷.

Os actuais modelos de pedido de registo⁸ comercial são:

- modelo 1 – Requerimento para registo por transcrição⁹;
- modelo 2 – Requerimento para registo por depósito (excepto registos de factos respeitantes a quotas e partes sociais e respectivos titulares)¹⁰;
- modelo 3 – Requerimento para registo por depósito (factos relativos a quotas, partes sociais e respectivos titulares)¹¹.

Quem são as pessoas legitimadas para o efeito? Consubstancia o artigo 29.º do CRC que no caso de estarmos perante pessoas colectivas sujeitas a registo serão as próprias, nomeadamente aqueles que tenham poderes de representação para intervir no acto, quem as represente ou ainda as demais pessoas que neles tenham interesse¹².

O artigo 30.º n.º 1 do CRC clarifica ainda quem são as pessoas consideradas representantes, nomeadamente mandatário com procuração bastante, advogados, notários e solicitadores e ainda revisores e técnicos oficiais de contas, para o pedido de depósito dos documentos de prestação de contas.

Os poderes de representação abrangem também a possibilidade de requerer urgência na feitura do registo e de impugnar a decisão de qualificação do registo.

Sem prejuízo do referido a impugnação judicial só pode ser assegurada por mandatário com poderes especiais para o efeito ou com poderes forenses gerais – art. 30º., nº. 3.

Exceptuam-se naturalmente:

O registo de início, alteração e cessação de actividade de um comerciante em nome individual apenas tem legitimidade o próprio ou o seu representante legal e o pedido de registo provisório do contrato de sociedade anónima com apelo a subscrição pública de acções só têm legitimidade os respectivos promotores.

No caso do Ministério Público há que fazer referência à sua capacidade para pedir os registos das acções por ele propostas e respectivas decisões finais, com a ressalva de que no que respeite ao registo de acções e outras providências judiciais, apenas tem legitimidade a

⁷Esta forma de pedido de registo foi aprovado pela Portaria 1416-A/2006 de 19/12 subsequentemente alterada.

⁸Disponíveis no site www.irn.mj.pt

⁹Vide anexo A

¹⁰Vide anexo B

¹¹Vide anexo C

¹² Exemplo: credor de uma herança que promova o registo em comum e sem determinação de direito da quota para subsequentemente proceder ao registo de penhora.

entidade sujeita a registo com a excepção de que não promovendo o registo a que está legitimada qualquer pessoa pode requerer junto de qualquer Conservatória que esta promova officiosamente o registo omitido.

2.2 Princípio da tipicidade

Este princípio, também conhecido por princípio do *numerus clausus* estabelece que apenas os factos constantes na lei como sujeitos a registo podem ser registados.

Esta matéria relativa aos factos sujeitos a registo será tratada com mais acuidade no Capítulo II, todavia importa fazer alusão a um parecer de Remo de Noronha " O princípio do *numerus clausus* dos factos sujeitos a registo implica a impossibilidade de à respectiva enumeração legal serem pelo intérprete acrescentados novos factos, a título de integrar lacunas da lei".¹³

É que dispõe o artigo 10.º f) que estão ainda sujeitos a registo "quaisquer outros factos que a lei declare sujeitos a registo comercial.

2.3 Princípio da presunção da verdade registal

Este princípio vem definido no artigo 11.º do CRC que dispõe " O registo por transcrição definitivo constitui presunção de que existe a situação jurídica, nos precisos termos em que é definida."

Exceptuam-se à *contrario sensu* os registos por depósito que teremos oportunidade de analisar em detalhe e sobre os quais se debruçará o nosso trabalho em pormenor.

Tratando-se de um princípio de manifesta importância "visto que indica que o seu conteúdo se presume verdadeiro e também exato"(Mouteira Guerreiro J.A., 2014,p485) embora se trate de uma presunção ilidível¹⁴, não entendemos como é possível a existência de registos que não consubstanciem o indicado princípio.

O lesado por acto de registo elaborado inadequadamente tem sempre ao seu dispor a possibilidade de interpor acção de declaração de nulidade do registo.

2.4 Princípio da legalidade

O princípio da legalidade, também apelidado de princípio da qualificação vem contemplado no artigo 47.º do CRC que dispõe "A viabilidade do pedido de registo a efectuar

¹³Boletim dos Registos e do Notariado, n.º 5/2000, pág. 22

¹⁴De harmonia com o disposto no n.º 2 do art.º 350.º do C.C., implica a inversão do ónus da prova.

por transcrição deve ser apreciada em face as disposições legais aplicáveis, dos documentos apresentados e dos registos anteriores, verificando-se especialmente a legitimidade dos interessados, a regularidade formal dos títulos e a validade dos actos neles contidos".

Trata-se pois de um juízo de qualificação apenas e somente aplicável aos casos de registo por transcrição, não sendo aplicável nos casos de estarmos perante um registo por depósito.

O Conservador afere do pedido de registo, considerando-o apto ou não, e procedendo, à extractação dos seus elementos publicitando-os.

Colhemos a mesma opinião que Mouteira Guerreiro “...um registo jurídico, não deve ter essa designação se nele não vigorar o “princípio da legalidade”... É que um *registo* não é obviamente, um “caixote de lixo”. Não pode nele ingressar toda a casta de factos: verdadeiros ou falsos, válidos ou nulos, legítimos ou fraudulentos...” (Mouteira Guerreiro, 2014, pag 391).

Não compreendemos como foi possível o legislador através do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, limitar o juízo de qualificação do Conservador apenas quanto aos actos de registo por transcrição.

Dispõe o n.º 1 do artigo 242.º E CSC que : “ A sociedade não deve promover o registo se o pedido não for viável, em face das disposições legais aplicáveis, dos documentos apresentados e dos registos anteriores, devendo verificar especialmente a legitimidade dos interessados, a regularidade formal dos títulos e a validade dos atos neles contidos”.

É actualmente o próprio interessado, muitas vezes sem qualquer habilitação, que sem garantia de imparcialidade qualifica o seu próprio pedido, assegurando – ou talvez não – a conformidade do pedido e dos documentos apresentados.

Estará aqui assegurado o princípio da legalidade?

Parece-nos que não, todavia até hoje o legislador mantém o seu entendimento.

2.5 Princípio da publicidade

Conforme enunciado no ponto 1 do CAPÍTULO I, este princípio vem consagrado imediatamente no artigo 1º do CRC, como sendo aquele para o qual o registo comercial se orienta.

Este princípio propõe-se garantir a segurança do comércio jurídico e não somente o comércio mercantil.

A Primeira Directiva 68/151/CEE do Conselho, de 9 de Março de 1968, foi a pioneira na tentativa de concertação das disposições legislativas, regulamentares e

administrativas dos Estados membros e prescreveu medidas de coordenação que conforme dispõe o regulamento tiveram o seguinte propósito:

“Considerando que a coordenação das disposições nacionais respeitantes à publicidade , à validade das obrigações contraídas por estas sociedades e à nulidade destas , reveste particular importância , nomeadamente para assegurar a protecção dos interesses de terceiros...

Considerando que a publicidade deve permitir que os terceiros conheçam os actos essenciais da sociedade e certas indicações a ela respeitantes , nomeadamente a identidade das pessoas que têm o poder de a vincular ;

Considerando que a protecção de terceiros deve ser assegurada por disposições que limitem , na medida do possível , as causas de invalidade das obrigações contraídas em nome da sociedade ;

Considerando que , para garantir a segurança jurídica tanto nas relações entre a sociedade e terceiros , como entre os sócios , é necessário limitar os casos de nulidade...”

(1ª Directiva 68/151/CEE, Conselho, 09/03/68)

Infer-se de imediato o sublime empenho da CEE em dar primazia a este princípio da publicidade do qual nasce a segurança jurídica do comércio jurídico.

Publicidade esta, que está intrinsecamente ligada aos demais princípios num “tronco comum” de legalidade e segurança jurídica.

2.6 Princípio da prioridade

Também este princípio encontra consagração específica na lei, nomeadamente no artigo 12.º do CRC.

Significa que o facto que seja primeiramente registado prevalece sobre os que se lhe seguirem, relativamente às mesmas quotas ou partes sociais, segundo a ordem do respectivo pedido¹⁵.

Ora o indicado artigo restringe a aplicação deste princípio apenas quanto aos factos relativos a quotas ou partes sociais.

Isto cria como é natural alguns problemas a nível do controlo dos registos e da segurança jurídica.

¹⁵No caso concreto da data da apresentação junto dos serviços de registo comercial.

É que, como já tivemos oportunidade de analisar é à sociedade que cabe a responsabilidade de apresentar devidamente o registo por depósito, sem qualquer intervenção, nem sequer apreciação por parte do conservador, podendo suceder que irresponsavelmente se omitam actos de registo.

Quanto ao registo provisório se e quando for convertido conserva a prioridade que tinha como provisório, tal como sucede com o registo recusado, que caso venha a ser dado provimento ao recurso, conserva a prioridade do acto recusado.

2.7 Princípio do trato sucessivo

Este princípio encontrava-se consagrado no artigo 31.º do CRC, tendo sido revogado pelo artigo 61.º do Decreto Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

Rezava o artigo " Para poder ser lavrada a inscrição definitiva de actos modificativos da titularidade de quotas ou partes sociais e de direitos sobre elas é necessária a intervenção nesses actos do titular inscrito, salvo se o facto for consequência de outro inscrito".

A Direcção dos Registos e do Notariado considerava este princípio com uma aplicabilidade limitada.

"No registo comercial não faz sentido perspectivar-se o princípio do trato sucessivo fora do âmbito das titularidades das participações sociais e das correspondentes transmissões.

Assim, não deve este princípio de direito regista, que tem por finalidade dar cumprimento à regra geral (substantiva) da aquisição derivada, ser aplicado a outras situações que não as especialmente previstas no artigo 31.º do Código do Registo Comercial.

Consequentemente, não estão sujeitos ao princípio do trato sucessivo os actos modificativos dos elementos do contrato de sociedade ou as vicissitudes próprias da sociedade, que nada tenham a ver com titularidade das participações." (B.R.N. n.º8,2001, p 17)

Na nossa opinião, colhemos a opinião de Seabra Lopes, e entendemos que o teor do artigo nada colidia com a opinião da Direcção dos Registos e do Notariado.

A sua revogação na nossa modesta opinião não trouxe qualquer mais valia.

Será agora obrigatório prosseguir com o trato sucessivo no que concerne à transmissão de quotas?

A resposta é afirmativa e está plasmada no novo artigo 242.º D do CSC, aditado pelo mesmo diploma, e que dispõe: "Para que a sociedade possa promover o registo de actos

modificativos da titularidade de quotas e de direitos sobre elas é necessário que neles tenha intervindo o titular registado”.

Afigura-se-nos estranho esta alteração, que eliminou do código de registo comercial um princípio a ele inerente e o decalcou no código das sociedades comerciais.

2.8 Princípio da especialidade

Quanto ao princípio da especialidade há que referir que o mesmo se prende com a natural necessidade de que o registo comercial evidencie de modo claro e específico os elementos respeitantes às pessoas singulares e colectivas sujeitas a registo comercial.

O Regulamento do registo comercial¹⁶ no seu Capítulo II, SECÇÃO I, refere quais os elementos fulcrais a constar das respectivas matrículas em geral.

Damos como exemplo: o nome de firma adoptado, o NIPC, a sede social, o objecto social, e o capital social no caso concreto de uma sociedade por quotas.

3. Síntese histórica da evolução do registo comercial

O registo comercial, tal como o conhecemos actualmente foi alvo de profundas alterações e reformas tendo tido o seu culminar quando em 1986, pela mão do Decreto-Lei n.º 403 de 3 de Dezembro foi regulado autonomamente e ficando conhecido como Código do Registo Comercial.

Mas antes da sua existência já existiam normas de direito mercantil a que importa fazer alusão, ainda que breve.

O Código Comercial de Ferreira Borges¹⁷, foi o primeiro a regular os actos de comércio, e funcionava nas secretarias dos tribunais de comércio.

O registo consistia na transcrição do teor, das escrituras constitutivas das companhias que eram depois publicadas integralmente no Diário do Governo.

O Código comercial de Veiga Beirão, como ficou conhecido, por ter surgido em 1888 pela mão de Veiga Beirão, então primeiro ministro, incidiu sobre as sociedades, a letra de câmbio, e as operações de bolsa às falências, fixando a obrigação de uso de firma pelos comerciantes, e a exigência da escrituração mercantil. O registo comercial era à data um apêndice do código comercial, que recaia ainda sob a esfera dos tribunais de comércio.

¹⁶ Aprovado pela Portaria 657-A/2006, de 29 de Junho, alterada pela Portaria 1256/2009, de 14 de Outubro.

¹⁷ Aprovado por Decreto de 18 de setembro de 1833 e alterado pela Carta de Lei de 28 de junho de 1888, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1889, conhecido como o Código de Veiga Beirão.

Foi em 1919, que os serviços de registo foram desanexados dos Tribunais e entregues à competência de conservadores privativos¹⁸.

Existiam como livros do registo comercial: Livro Diário, Livro de Matrícula dos comerciantes, Livro de Matrícula das sociedades, o Livro das Inscrições dos atos sujeitos a registo comercial, e ainda o Livro de Matrícula dos navios mercantes.

No Livro Diário mencionavam-se as apresentações dos títulos que serviam de base aos atos de registo.

O Livro de Matrícula dos comerciantes, Livro de Matrícula das sociedades e o Livro de Matrícula dos navios mercantes destinavam-se respetivamente à matrícula dos comerciantes em nome individual, das sociedades e dos navios mercantes, bem como aos aditamentos, mudanças e extinções.

Até à publicação do CRC, o registo comercial encontrava-se regulado pelos Decretos Lei n.º 42 644, e 42 645, ambos de 14/11/59 e era feito em diversos livros, conforme enunciei um pouco à semelhança do antigo registo predial.

Conforme diz Pupo Correia, estes diplomas vieram "melhorar a disciplina jurídica do registo comercial, até então regulada pelo Código Comercial", todavia só em 1986, pela mão do diploma indicado se veio a concretizar a necessidade de regulamentação específica e autónoma do registo comercial, através de uma reforma que eliminou os vários livros dispersos e sob a égide do princípio da especialidade, criou fichas autónomas nas quais se condensou de modo esquemático os dados relativos às pessoas singulares e colectivas e outras entidades sujeitas a registo.

A par da sua primeira regulamentação autónoma, o legislador tem tido particular acuidade no tratamento da legislação vigente.

O Códido de 1986 teve inúmeras retificações e alterações que aqui deixamos mera nota, nomeadamente:

Declaração de 31/01 de 1987, DL n.º 7/88 de 15/10, DL n.º 349/89 de 13/10, DL n.º 238/91, de 02/07, Rect. n.º 236-A/91, de 31/10, DL n.º 31/93, de 12/02, DL n.º 267/93, de 31/07, DL n.º 216/94, de 20/08, Rect n.º 144/94, de 30/09, DL n.º 257/96, de 31/12, DL n.º 368/98, de 23/11, DL n.º 172/99, de 20/05, DL n.º 198/99, de 08/06, Rect. n.º 10-AS/99, de 30/06, Rect. n.º 10-AS/99, de 30/06, DL n.º 375-A/99, de 20/09, DL n.º 410/99, de 15/10, DL n.º 533/99, de 11/12, DL n.º 273/2001, de 13/10, DL n.º 323/2001, de 17/12, DL n.º 107/2003, de 04/06, DL n.º 53/2004, de 18/03, DL n.º 70/2004, de 25/03, DL n.º 2/2005, de 04/01, DL

¹⁸ Cf. Decreto n.º 5555, de 10 de maio de 1919 e Decreto n.º 9153, de 29 de setembro de 1923

n.º 35/2005, de 17/02, DL n.º 111/2005, de 08/07, DL n.º 52/2006, de 15/03, DL n.º 76-A/2006, de 29/03, Rect. n.º 28-A/2006, de 26/05, DL n.º 8/2007, de 17/01, DL n.º 318/2007, de 26/09, DL n.º 34/2008, de 26/02, DL n.º 73/2008, de 16/04, DL n.º 116/2008, de 04/07, Rect. n.º 47/2008, de 25/08, DL n.º 247-B/2008, de 30/12, Lei n.º 19/2009, de 12/05, DL n.º 122/2009, de 21/05, DL n.º 185/2009, de 12/08, DL n.º 292/2009, de 13/10, DL n.º 209/2012, de 19/09, DL n.º 250/2012, de 23/11¹⁹.

É sobre o Decreto-Lei 76-A/2006, que reside a alteração mais substancial ao registo comercial, tal como o conhecíamos²⁰.

¹⁹Indicações extraídas do site www.irn.mj.pt

²⁰ Cf. Carla Soares, que a apelida de Contra-Reforma criticando muitas das medidas de Cf. Contra-Reforma do Notariado e dos Registos – Um erro conceptual.

CAPÍTULO II

Factos, acções e decisões sujeitas a registo

Neste Capítulo procurámos indicar quais os factos, acções e decisões que sob o princípio da tipicidade, se encontram referidos no CRC como sendo sujeitos a registo.

Procurámos inclusivé indicar desde já e individualmente quais é que ingressam na categoria de registo por transcrição e quais os que são realizados por via de registo por depósito, formais de registo comercial que no Capítulo seguinte, com mais acuidade analisaremos quanto às suas principais diferenças.

1.Comerciantes Individuais

Quanto aos comerciantes individuais, dispõe o artigo 2º do CRC que se encontram sujeitos a registo o início a alteração e a cessação da sua actividade, as modificações que ocorram quanto ao seu estado civil e regime de bens e por último a mudança de estabelecimento principal.

O teor do artigo não sofreu qualquer alteração com a reforma de 2006, mantendo-se inalterável.

O registo destes factos enunciados é facultativo, sendo que nos termos do art. 14º., nº. 1, tais factos não podem ser opostos a terceiros na falta de registo.

Há a referir que nos termos do artigo 189, n.º 3 do CIRE²¹ a inibição para o exercício do comércio e também a inabilitação são oficiosamente registadas na Conservatória do Registo

Civil, e quando a pessoa afectada for comerciante em nome individual, tal também é registado oficiosamente na Conservatória do Registo Comercial, com base em certidão da sentença remetida pela secretaria do Tribunal.

Quanto ao tipo de registo a efectuar há a referir que os factos supra indicados são registados por transcrição.

2. Sociedades comerciais e sociedades civis sob a forma comercial

Estão sujeitos a registo os seguintes factos que respeitam às sociedades comerciais e sociedades civis sob a forma comercial, conforme reza o artigo 3.º do CRC com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março.

a) A constituição;

²¹Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, designado abreviadamente por CIRE

b) A deliberação da assembleia geral, nos casos em que a lei a exige, para aquisição de bens pela sociedade;

c) A unificação, divisão e transmissão de quotas de sociedades por quotas, bem como de partes sociais de sócios comanditários de sociedades em comandita simples;

d) A promessa de alienação ou de oneração de partes de capital de sociedades em nome colectivo e de sociedades em comandita simples e de quotas de sociedades por quotas,

bem como os pactos de preferência a que, em disposição de última vontade, o testador tenha atribuído igual eficácia;

e) A transmissão de partes sociais de sociedades em nome colectivo, de partes sociais de sócios comanditados de sociedades em comandita simples, a constituição de direitos reais de gozo ou de garantia sobre elas e a sua transmissão, modificação e extinção, bem como a penhora dos direitos aos lucros e à quota de liquidação

f) A constituição e a transmissão do usufruto, o penhor, arresto, arrolamento e penhora de quotas ou de direitos sobre elas e ainda quaisquer outros actos ou providências que afectem a sua livre disposição

g) A exoneração e exclusão de sócios de sociedades em nome colectivo e de sociedades em comandita, bem como a extinção de parte social por falecimento do sócio e a admissão de novos sócios de responsabilidade ilimitada;

h) (Revogada.)

i) A amortização de quotas e a exclusão e exoneração de sócios de sociedades por quotas;

j) A deliberação de amortização, conversão e remissão de acções;

l) A emissão de obrigações, quando realizada através de oferta particular, excepto se tiver ocorrido, dentro do prazo para requerer o registo, a admissão das mesmas à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários;

m) A designação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades, bem como do secretário da sociedade;

n) A prestação de contas das sociedades anónimas, por quotas e em comandita por acções, bem como das sociedades em nome colectivo e em comandita simples quando houver lugar a depósito, e de contas consolidadas de sociedades obrigadas a prestá-las;

o) A mudança da sede da sociedade e a transferência de sede para o estrangeiro;

p) O projecto de fusão interna ou transfronteiriça e o projecto de cisão de sociedades;

q) O projecto de constituição de uma sociedade anónima europeia por meio de fusão, o projecto de constituição de uma sociedade anónima europeia por meio de transformação de sociedade anónima de direito interno e o projecto de constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais, bem como a verificação das condições de que depende esta última constituição;

r) A prorrogação, fusão interna ou transfronteiriça, cisão, transformação e dissolução das sociedades, bem como o aumento, redução ou reintegração do capital social e qualquer outra alteração ao contrato de sociedade;

s) A designação e cessação de funções, anterior ao encerramento da liquidação, dos liquidatários das sociedades, bem como os actos de modificação dos poderes legais ou contratuais dos liquidatários;

t) O encerramento da liquidação ou o regresso à actividade da sociedade;

u) A deliberação de manutenção do domínio total de uma sociedade por outra, em relação de grupo, bem como o termo dessa situação;

v) O contrato de subordinação, suas modificações e seu termo;

x) (Revogada.)

z) A emissão de warrants sobre valores mobiliários próprios, quando realizada através de oferta particular por entidade que não tenha valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado nacional, excepto se tiver ocorrido, dentro do prazo para requerer o registo, a admissão dos mesmos à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários.

São realizados por via do registo por depósito os factos mencionados nas alíneas b) a l), n), p), q), u), v) e z) do n.º 1 do artigo 3.º, salvo o registo do projecto de constituição de sociedade anónima europeia gestora de participações sociais, bem como o da verificação das condições de que depende a sua constituição que com os demais é efectuado por transcrição.

3. Sociedades anónimas europeias

As sociedades anónimas europeias, também designadas por «societas europaea» assumem a forma de uma sociedade de capital dividido por acções, com personalidade jurídica, em que a sua sede estatutária se localiza num dos Estados membros estando sujeita a registo no Estado membro da localização da sua sede estatutária.

A constituição e regulamentação das sociedades anónimas europeias, encontra-se prevista no Regulamento (CE) n.º 2157/2001, e no Decreto-Lei n.º 2/2005, de 04 de Janeiro com as alterações da Rectificação n.º 6/2005, de 17/02 e Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29/03.

Estão sujeitos a registo os seguintes factos que respeitam às sociedades anónimas europeias, conforme reza o n.º 2 do artigo 3.º do CRC.

1 - O registo de constituição de uma sociedade anónima europeia por fusão ou transformação ou de constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais ou filial é efectuado com base no contrato de sociedade.

2 - Para o registo de constituição de sociedade anónima europeia gestora de participações sociais deve ainda ser comprovada a prévia publicitação, relativamente a todas as sociedades promotoras, da verificação das condições de que depende essa constituição, nos termos previstos na legislação comunitária aplicável.

3 - O registo ou menção da verificação das condições de que depende a constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais com sede em Portugal é feito com base no acto de constituição dessa sociedade.

4 - O registo de alteração dos estatutos de uma sociedade anónima europeia pelo qual seja publicitada a transferência de sede daquela para Portugal é efectuado com base no documento que formalize essa alteração, no qual seja declarada a transferência da sede e exarado o contrato pelo qual a sociedade passa a reger-se.

Com excepção do 1º facto enunciado cujo registo é feito por transcrição dos demais são realizados por depósito.

4. Cooperativas

As cooperativas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Código Cooperativo, são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.

Citando Paula de Carvalho e Nuno da Costa Silva Vieira “ Separam a cooperativa da sociedade comercial o modo de exercício da actividade (que na cooperativa passa pela cooperação e entreajuda dos seus membros e com observância dos princípios cooperativos) e a finalidade (a cooperativa visa a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades sociais,

económicas e culturais dos seus membros)” (Paula de Carvalho e Nuno da Costa Silva Vieira, 2008, pág 168).

Estão sujeitos a registo, nos termos do artigo 4.º do CRC, os seguintes actos respeitantes às cooperativas: a sua constituição, a nomeação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, qualquer alteração estatutária, como transformação, fusão ou cisão e ainda a sua dissolução e encerramento de liquidação.

Todos os factos enunciados são objecto de registo por transcrição.

5. Empresas públicas

Seabra Lopes, refere a propósito das Empresas Públicas “ o Código do Registo Comercial continua a manter a designação de empresas públicas, designação que, por força do n.º 2 do art 23.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, passou a ser a de “*entidades públicas empresariais*”, e que abrange todas as pessoas colectivas de direito público, com natureza empresarial, criadas pelo Estado e todas elas também sujeitas ao registo comercial (art. 28.º do mesmo diploma)”. (Seabra Lopes, 2007, pag 200).

No que concerne às entidades públicas empresariais e nos termos do disposto no artigo 5º do CRC encontram-se sujeitos a registo os seguintes factos:

- a) a constituição
- b) a emissão de obrigações e títulos de participação
- c) a designação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização
- d) a prestação de contas
- e) o agrupamento, fusão, cisão e qualquer outra alteração estatutária
- f) a extinção das empresas públicas, a designação e cessação de funções, anterior ao encerramento da liquidação, dos liquidatários, bem como o encerramento da liquidação.

Com excepção das alíneas b) e d) cujo registo é efectuado por depósito os restantes factos são feitos por transcrição.

Há que referir que por força do disposto no art 6.º e no n.º 4 do art. 33.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, estão sujeitos à mesma forma de registo supra enunciado as empresas municipais, intermunicipais, metropolitanas e entidades empresariais locais.

6. Agrupamentos complementares de empresas

Os agrupamentos complementares de empresas, designados abreviadamente por ACE, são entidades comerciais constituídas por duas ou mais pessoas singulares ou colectivas com o objectivo de melhorar o resultado das suas actividades económicas.

O seu regime jurídico está consagrado na Lei n.º 4/73, de 4 de Junho e no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 157/81 de 11 de Julho, do Decreto-Lei n.º 323/2001 de 17 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março e do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

Quanto aos factos relativos aos agrupamentos complementares de empresas que se encontram sujeitos a registo, encontram-se elencados no artigo 7.º do CRC e consubstanciam-se no contrato de agrupamento, na emissão de obrigações, na nomeação e exoneração de administradores e gerentes, na entrada, exoneração e exclusão de membros dos agrupamentos, nas modificações do contrato e ainda na dissolução e encerramento da liquidação do agrupamento.

Com excepção da emissão de obrigações cujo registo é efectuado por depósito, os restantes são efectuados por transcrição, nos termos do n.º1 do art.º15 do CRC.

7. Agrupamentos europeus de interesse económico

Quanto aos agrupamentos europeus de interesse económico, designados abreviadamente por A.E.I.E., têm o seu regime jurídico definido no regulamento (C.E.E.) n.º 2137/85 do Conselho das Comunidades Europeias, de 25 de Julho de 1985, no Decreto-Lei n.º148/90, de 9 de Maio e Decreto-Lei n.º1/91, de 5 de Janeiro.

Dispõe o artigo 7.º do CRC estão sujeitos a registo os seguintes factos:

- a) o contrato de agrupamento
- b) a cessão, total ou parcial, de participação de membro do agrupamento
- c) a cláusula que exonere um novo membro do pagamento das dívidas contraídas antes da sua entrada
- d) a designação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos gerentes do agrupamento
- e) a entrada, exoneração e exclusão de membros do agrupamento
- f) as alterações do contrato de agrupamento

- g) o projeto de transferência de sede
- h) a dissolução
- i) a designação e cessação de funções, anterior ao encerramento da liquidação, dos liquidatários
- j) o encerramento da liquidação.

Todos os factos supra são registados por transcrição com excepção do indicado na alínea d) cujo registo é realizado por depósito, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 15 do CRC.

8. Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada

Foi o Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto que criou e regulamentou o Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada, designado abreviadamente por EIRL, que tem subjacente a constituição de um património autónomo ou de afectação especial ao estabelecimento através do qual uma pessoa singular explora a sua empresa ou actividade.

Estão sujeitos a registo os seguintes factos que respeitam aos indicados estabelecimentos, nomeadamente, conforme dispõe o artigo 8º do CRC:

- a) a constituição do estabelecimento
- b) o aumento e redução do capital do estabelecimento
- c) a transmissão do estabelecimento por ato entre vivos e a sua locação
- d) a constituição por ato entre vivos de usufruto e de penhor sobre o estabelecimento
- e) as contas anuais
- f) as alterações do acto constitutivo
- g) a entrada em liquidação e o encerramento da liquidação do estabelecimento
- h) a designação e cessação de funções, anterior ao termo da liquidação, do liquidatário do estabelecimento, quando não seja o respectivo titular

Com excepção do facto constante na alínea e) cujo registo é feito por depósito os restantes são realizados por transcrição, nos termos do n.º 1 do artigo 15 do CRC.

9. Acções e decisões sujeitas a registo

Relativamente às acções e decisões sujeitas a registo enumera o artigo 9.º do CRC as seguintes situações:

- a) As acções de interdição do comerciante individual e de levantamento desta;

- b) As acções que tenham como fim, principal ou acessório, declarar, fazer reconhecer, constituir, modificar ou extinguir qualquer dos direitos referidos nos artigos 3º a 8º;
- c) As acções de declaração de nulidade ou anulação dos contratos de sociedade, de agrupamento complementar de empresas e de agrupamento europeu de interesse económico registados;
- d) As acções de declaração de nulidade ou anulação dos actos de constituição de cooperativas e de estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- e) As acções de declaração de nulidade ou anulação de deliberações sociais, bem como os procedimentos cautelares de suspensão destas;
- f) As acções de reforma, declaração de nulidade ou anulação de um registo ou do seu cancelamento;
- g) As providências cautelares não especificadas requeridas com referência às mencionadas nas alíneas anteriores;
- h) As decisões finais, com trânsito em julgado, proferidas nas acções e procedimentos cautelares referidos nas alíneas anteriores;
- i) As sentenças de declaração de insolvência de comerciantes individuais, de sociedades comerciais, de sociedades civis sob forma comercial, de cooperativas, de agrupamentos complementares de empresas, de agrupamentos europeus de interesse económico e de estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada e as de indeferimento do respectivo pedido, nos casos de designação prévia de administrador judicial provisório, bem como o trânsito em julgado das referidas sentenças;
- j) As sentenças, com trânsito em julgado, de inabilitação e de inibição de comerciantes individuais para o exercício do comércio e de determinados cargos, bem como as decisões de nomeação e de destituição do curador do inabilitado;
- l) Os despachos de nomeação e de destituição do administrador judicial e do administrador judicial provisório da insolvência, de atribuição ao devedor da administração da massa insolvente, assim como de proibição da prática de certos actos sem o consentimento do administrador da insolvência e os despachos que ponham termo a essa administração;
- m) Os despachos, com trânsito em julgado, de exoneração do passivo restante de comerciantes individuais, assim como os despachos inicial e de cessação antecipada do respectivo procedimento e de revogação dessa exoneração;
- n) As decisões judiciais de encerramento do processo de insolvência;

o) As decisões judiciais de confirmação do fim do período de fiscalização incidente sobre a execução de plano de insolvência.

Quanto à forma de registo que devem adoptar o CRC remete para cada situação em concreto e dispõe-se na alínea g) do n.º 5 do artigo 53.º A que se respeitarem a factos que estão sujeitos a registo por depósito o mesmo deverá ser requerido.

10. Outros factos sujeitos a registo

Estão ainda sujeitos a registo, nos termos do artigo 10.º do CRC:

- a) o mandato escrito, suas alterações e extinção.
- b) a criação, a alteração e o encerramento de representações permanentes de sociedades, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico com sede em Portugal ou no estrangeiro, bem como a designação, poderes e cessação de funções dos respectivos representantes.
- c) a prestação de contas das sociedades com sede no estrangeiro e representação permanente em Portugal,
- d) o contrato de agência ou representação comercial, quando celebrado por escrito, suas alterações e extinção.

Com excepção dos factos indicados na alínea b) cujo registo é feito por depósito os demais são feitos por transcrição, conforme dispõe o aludido n.º 1 do artigo 15.º do CRC.

Capítulo III

Do processo de registo

1. Organização do Registo Comercial

1.1 Competência genérica

Preceitua o art.º 6.º A.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 04 de Julho que está a cargo das conservatórias do registo comercial, que podem funcionar como serviços autónomos ou em regime de anexação com outras conservatórias os actos de registo comercial, com excepção da atribuição da competência para a prática dos actos referidos a qualquer conservatória de registos através de despacho do presidente do Instituto dos Registos e do Notariado e ainda dos actos praticados por via electrónica.

Quanto a estes preceitua o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro, que o Registo Nacional de Pessoas Colectivas²² tem uma competência específica para os actos de registo comercial promovidos por via electrónica, sendo que o RNPC pode distribuir por outras conservatórias do registo comercial a tramitação dos processos de registo promovidos por via electrónica, através de despacho do director-geral dos Registos e do Notariado.

1.2 Competência funcional

O Decreto-Lei n.º 76-A/2006 aditou ao CRC uma série de novas competências aos oficiais do registo comercial. Conforme dispõe o artigo 55.º - A do CRC o funcionário competente para o registo é o conservador ou o seu substituto legal, quando em exercício.

Os actos da competência própria dos oficiais de registo encontram-se elencados nos artigos 55.º-A, 71.º n.º5 e 76.º n.º3 do CRC e ainda no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 já enunciado, pelo que importa aqui fazer alusão aos mesmos.

Nos termos do artigo 55.º A do CRC os oficiais dos registos têm competência para os seguintes actos de registo²³:

n.º 2

- alínea a) - no respeitante às sociedades comerciais: a designação e cessação de funções dos órgãos de administração e de fiscalização e do secretário, a mudança de sede da sociedade e transferência da mesma para o estrangeiro e ainda a designação e cessação de

²²Nos termos do n.º 4 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 29 de Abril o RNPC é um serviço central do IRN,I.P.

²³ Vide apêndice E , quanto ao volume de actos praticados nas Conservatórias de Registo Comercial nos últimos anos.

funções, anterior ao encerramento da liquidação, dos liquidatários das sociedades, bem como dos actos de modificação dos poderes legais ou contratuais dos liquidatários.

- alínea b) - no que concerne às cooperativas: a nomeação e cessação de funções de directores, representantes e liquidatários.
- alínea c) - quanto a empresas públicas: a designação e cessação de funções dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, e dos liquidatários.
- alínea d) - relativo aos agrupamentos complementares de empresas: a nomeação e exoneração de administradores e gerentes.
- alínea e) - respeitante a agrupamentos europeus de interesse económico: a designação e cessação de funções dos gerentes e dos liquidatários.
- alínea f) - quanto ao estabelecimento individual de responsabilidade limitada: a constituição por acto entre vivos de usufruto e de penhor sobre o estabelecimento e a designação e cessação de funções do liquidatário, quando não seja o respectivo titular.
- alínea g) - as alterações ao contrato ou aos estatutos.
- alínea h) - os registos por depósito

n.º 3

- extractação de actos de registo

Ao abrigo do artigo 71 n.º 5 do CRC cabe ao conservador e qualquer oficial dos registos a assinatura da anotação das publicações na ficha de registo.

Ao abrigo do artigo 76 n.º 3 do CRC cabe ao conservador e qualquer oficial dos registos a emissão e confirmação do conteúdo de certidões e de fotocópias não certificadas de registos, de documentos e de despachos, bem como de certidões negativas.

Nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, tem o conservador poderes para qualquer espécie de reconhecimentos, termos de autenticação, traduções e certificados de tradução.

A consequência da falta de competência funcional é a nulidade do registo efectuado, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do CRC.

1.3 Competência territorial

Até à entrada em vigor do Decreto-Lei 76-A/2006, de 29/03 era da competência das conservatórias do registo comercial da sede societária a feitura dos actos de registo comercial com as mesmas relacionados.

O artigo 33.º do indicado Decreto-Lei deu nova forma aos números 2 e 3 do artigo 38.º da Lei Orgânica da Direcção Geral dos Registos e do Notariado e eliminou a competência territorial permitindo o pedido de quaisquer actos de registo em qualquer conservatória do registo comercial.

O abandono da competência territorial só foi possível com a implementação do Sistema Integrado de Registo Comercial, designado abreviadamente por SIRCOM, sistema de cariz informático, que abrangendo todos os registos existentes nas Conservatórias, permite em qualquer uma aceder à indicada informação.

Há a mencionar que muito embora tenha sido finda a competência territorial, permanece no entanto em vigor, quanto ao arquivo da documentação que serviu de base ao registo, a obrigatoriedade da mesma ser reunida em pastas privativas na conservatória da área da respectiva sede, nos termos do n.º 1 do art.º 3 do RRC.

2. Formas de apresentação do pedido de registo

Conforme já tivemos a oportunidade de referenciar no Capítulo I, a propósito do princípio da instância consagrado no artigo 28.º do CRC o registo apenas se efectua a pedido dos interessados, com excepção das situações de conhecimento oficioso.

Importa agora definir como é que os interessados podem requer a feitura de um acto de registo comercial?

Actualmente um pedido de registo comercial pode ser requerido:

- 1) presencialmente
- 2) via ctt
- 3) via electrónica²⁴.

Nos termos do artigo 4º do RRC, o pedido de registo é formulado verbalmente, se efectuado presencialmente por pessoa com legitimidade para o efeito²⁵. Nos demais casos o pedido é sempre efectuado por forma escrita, de acordo com os modelos aprovados por despacho do director-geral dos Registos e do Notariado.

²⁴Vide n.º1 do artigo 45.º do CRC

²⁵No nosso entendimento, esta solução não se nos afigura muito segura. Pois não existe qualquer registo escrito pelo interessado do seu pedido de registo, mais que não seja por uma questão de prova futura.

Quanto aos modelos, foram já indicados a propósito do princípio da instância, mas que aqui deixamos nova referência²⁶:

- modelo 1 – Requerimento para registo por transcrição²⁷;
- modelo 2 – Requerimento para registo por depósito (excepto registos de factos respeitantes a quotas e partes sociais e respectivos titulares)²⁸;
- modelo 3 – Requerimento para registo por depósito (factos relativos a quotas, partes sociais e respectivos titulares)²⁹.

Os indicados podem ser descarregados do site www.irm.mj.pt e impressos gratuitamente.

É pertinente deixar aqui a nota de que sendo o pedido apresentado via electrónica, o pedido de registo não obriga o preenchimento dos requerimentos supra indicados.

2.1 – Apresentação presencial

Quanto à apresentação pessoal, há a indicar que a mesma é feita presencialmente junto de qualquer Conservatória do Registo Comercial, sendo que são anotados pela ordem de entrega dos pedidos ou do pedido verbal. Como é evidente obedece aos modelos aprovados e deve ser junta a documentação que legalmente comprove os factos constantes do pedido de registo;

2.2 – Apresentação via ctt

Relativamente à apresentação realizada por correio, há a referir que a mesma é anotada com a observância de «correspondência» no dia da recepção e imediatamente após a última apresentação pessoal.

Como é evidente obedece aos modelos aprovados e deve ser junta a documentação que legalmente comprove os factos constantes do pedido de registo;

2.3 – Apresentação electrónica

Esta modalidade de pedido de registo-comercial, foi uma inovação, muito além do expectável em sede de registo-comercial e não podemos deixar aqui de felicitar o legislador pelo seu carácter inovador.

²⁶ Disponíveis no site www.irm.mj.pt

²⁷ Vide anexo A

²⁸ Vide anexo B

²⁹ Vide anexo C

Como diz Francisca Almeida D'Eça, “o registo comercial online é sem dúvida a actual “menina dos olhos” do SIMPLEX e, como tal, o mais elaborado registo on-line em vigor”. (Francisca Almeida D'Eça, 2008, pág 12).

Em referência ao pedido formalizado via electrónica, o CRC remete-nos para a Portaria 1416-A/2006, de 19 de Dezembro que regulamenta este tipo de pedido.

Dispõe o artigo 2º da indicada portaria que a promoção on-line de actos de registo comercial faz-se através do sítio da internet –www.empresonline.pt, e é da responsabilidade do Instituto dos Registos e do Notariado, anterior Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

O sítio da internet, já aludido, tem as seguintes funções:

- a) A autenticação dos utilizadores através de certificados digitais;
- b) A indicação dos dados de identificação dos interessados;
- c) O preenchimento electrónico dos elementos necessários ao requerimento do registo e ao pedido da certidão permanente;
- d) A entrega dos documentos necessários à apreciação do pedido de registo e ao suprimento de suas eventuais deficiências;
- e) A assinatura electrónica dos documentos entregues;
- f) O pagamento dos serviços por via electrónica;
- g) A recolha de informação que permita o contacto entre os serviços competentes e os interessados e seus representantes;
- h) A certificação da data e da hora em que o pedido de registo foi concluído;
- I) O acesso ao sítio na Internet onde se encontrem disponibilizadas as publicações legais.

Os interessados na promoção de actos de registo comercial *online* formulam o seu pedido e enviam, através do sítio na Internet a que se refere o artigo 2.º, supra citado os documentos necessários ao registo, tal como nas outras formas de apresentação, designadamente:

- a) Os documentos que legalmente comprovem os factos constantes do pedido de registo;
- b) Os documentos comprovativos da sua capacidade e dos seus poderes de representação para o acto.

Foi intenção do legislador levar os registos aos cidadãos, possibilitando-lhes o acesso desburocratizado e simples através da autenticação electrónica mediante a utilização de certificado digital qualificado, nos termos previstos no regime jurídico dos documentos

electrónicos e da assinatura electrónica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, na redacção introduzida pelos Decretos-Leis n.ºs 62/2003, de 3 de Abril, 165/2004, de 6 de Julho, e 116-A/2006, de 16 de Junho.

É hoje possível a qualquer cidadão, recorrer ao site www.portaldaempresa.pt e aí efectuar um pedido de registo comercial, desde que munido de cartão de cidadão com assinatura digital sem qualquer deslocação a um serviço público ou até, infelizmente, recurso a profissional habilitado.

Que actos podem ser requeridos on-line?

Há que fazer referência ao artigo 24.º da aludida portaria que menciona os actos que podem ser promovidos, nomeadamente: actos de registo de transmissão e unificação de quotas e de designação e cessação de funções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades por quotas e anónimas, bem como do secretário da sociedade.

Posteriormente através do Despacho n.º 14871/2007 (publicado no DR, II série, 10/07/2007), foram aditados os seguintes actos: o penhor, penhora, arresto, amortização de quotas, mandato, contrato de agência, rectificação e cancelamento de registos por depósito on-line, projecto de fusão e projecto de cisão e, ainda quanto a registos a efectuar por transcrição: conversão de registos provisórios on-line, transformação de sociedade, alteração do contrato social, aumento de capital, redução de capital social, fusão e cisão-fusão.

Mais tarde o Despacho n.º 914/2009 (publicado no DR, II série, 13/01/2009), acrescentou os seguintes actos: dissolução, dissolução com nomeação de liquidatários, dissolução com encerramento da liquidação, encerramento da liquidação e requerimento inicial para extinção imediata.

Há a referir as vantagens a nível de emolumentos, a maior rapidez e comodidade, todavia no nosso entendimento o acesso a qualquer cidadão, que poderá não ter conhecimentos jurídicos, poderá acarretar erros que criarão naturalmente sérios riscos para a segurança do comércio jurídico.

3. Processos de registo

Os processos de registo previstos na lei pretendem sumariamente extrair dos documentos apresentados pelos interessados os elementos conducentes às matrículas, inscrições, averbamentos e publicações³⁰.

³⁰Cf. arts. 8.º a 15.º do RRC.

Seabra Lopes, refere que “O Decreto-Lei n.º 76-A/2006, ao distinguir no registo as duas formas, transcrição e depósito, esquece as publicações que, efectivamente não caberiam em nenhuma dessas formas: mas nem por isso, e nem por serem promovidas oficiosamente, deixam de ser actos de registo.” (Seabra Lopes, 2007, pág 224).

A reforma de 2006 " acabou com as inscrições(!) e passou a haver os denominados registos por depósito e "por transcrição". Só que os primeiros não são registos e os segundos não são transcrições." (MOUTEIRA GUERREIRO, J.A., 2014, P.395)

É relevante proceder à análise destas duas formas de registo que se distinguem através das normas que se lhes aplicam e sobre as quais nos iremos debruçar.

3.1 Registo por transcrição

Do latim transcriptio; -onis, transcrição, cópia, imputação, o seu termo significa acto ou efeito de transcrever³¹.

A sua definição, não encontra similitude na sua realidade substantiva pois o registo por transcrição não é um mero acto de copiar ou transcrever, antes pelo contrário trata-se de um verdade registo, na sua acepção.

Nem no Código Civil Italiano encontra similitudes³².

Este registo nos termos da redação que lhe foi conferida pelo artigo 53.º-A, n.º2 do CRC consiste na extractação dos elementos que definem a situação jurídica das entidades sujeitas a registo constantes dos documentos apresentados.

Nos termos do artigo 55.º n.º 1 CRC compreende a matrícula das entidades sujeitas a registo, as inscrições, averbamentos e as anotações de factos a elas respeitante.

O Conservador orientado pelo princípio da legalidade afere da forma e conteúdo dos documentos apresentados no pedido de registo e consubstancia um juízo de qualificação do mesmo.

Exerce assim a plenitude das suas funções como oficial de registo qualificado, e garante da segurança jurídica³³.

³¹"transcrição", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/transcri%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 26-08-2014].

³²Cit Mouteira Guerreiro, J.A., 2014 , 396, "A *transcrizione* italiana significa *inscrição* (e nada tem a ver com a transcrição do direito português). Como bem explia ROBERTO TRIOLA na "Enciclopedia del Diritto" o termo "trasncrizione" vem indicado no Código Civil Italiano (arts. 2643.º -2696.º)" para designa reprodução - por extrato - nos registos públicos de atos que se referem aos bens imóveis ou a determinados bens móveis registráveis" [ou seja, trata-se das inscrições do Registo Predial Italiano]. Cf. a entrada "Transcrizione" da "Enciclopedia del Diritto" (pp. 37-979; a parte transcrita é de p. 937, mas itálico nosso). "

³³ Para uma análise mais sumária dos actos por transcrição, elaborados pelos oficiais de registo, vide apêndice A e C.

Atentos à realidade prática, que conhecemos pelo exercício da nossa profissão, permitimo-nos dizer que são os oficiais de registo que recebem, e pré-qualificam os registos que são apresentados pelos interessados. Cabe ao Conservador em exercício confirmar os actos pré-qualificados.

O conservador, apesar da sua capacidade técnico-jurídica não consegue independentemente, dar seguimento ao volume de pedidos de registo pelo que os seus adjuntos, são o pilar de apoio na prévia análise dos pedidos cuja decisão final cabe única e exclusivamente ao conservador.

Esta decisão consiste na apreciação da viabilidade do pedido de registo que pode ser : a rejeição³⁴ a recusa, a provisoriedade por dúvidas ou o pretendido registo definitivo.

3.2 Registo por depósito

Nesta matéria, reconhecemos ao legislador o mérito da inovação, todavia achamos que terá sido um pouco imprudente ao julgar que determinados registos pudessem ser realizados com segurança jurídica pelos próprios interessados, sem necessidade de qualquer controlo de um profissional habilitado³⁵.

Não falamos aqui dos registos das prestações de contas, que é sabido serem já uma pré-existência do registo por depósito, pois era depositados na pasta da sociedade os documentos relativos às contas anuais e a acta de aprovação das mesmas, mas que foram claramente simplificados com o sistema da IES, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 8/2007 de 17 de Janeiro.

Nem todas as empresas, referimo-nos como é sabido às pequenas e médias empresas, dispõem de técnicos habilitados para a elaboração de contratos segundo o normativo legal em vigor o que em casos de redução de custos faz com que se apoiem em minutas defeituosas no seu conteúdo.

Na nossa opinião o legislador cometeu um erro, que colhe de inúmeros autores, que vimos citando uma "indisposição" consensual.

Não conseguimos concluir qual a vontade do legislador, que sob a égide da desformalização, desburocratização e simplificação, criou tal forma de registo capaz de "vandalizar" todos os princípios que orientam o registo comercial.

³⁴Cfr. Parecer P.º R.Co. 22/2008 SJC-CT do Conselho Técnico do IRN

³⁵ Para uma análise mais sumária dos actos por depósito, elaborados pelos oficiais de registo, vide apêndice B e D.

O registo por depósito, nos termos do n.º3 do art.º 53.º-A do C.S.C, consiste no mero arquivamento dos documentos que titulam o registo comercial.

É uma moderna forma de registo, na qual não se evidencia qualquer traço de intervenção de controlo da legalidade.

Poderemos questionar como se assegura aqui o cumprimento do normativo legal em vigor, ou de um modo mais concreto quem afere da legalidade do documento levado a registo? A resposta é *sui generis* : ninguém ! Parece absurdo, mas a realidade é que o legislador remeteu para os interessados, representantes do registo, a responsabilidade do pedido apresentado.

Neste registo passamos de um duplo controlo da legalidade (efectuado por notário num primeiro momento e pelo Conservador, num segundo momento), para uma total ausência de controle.

Aqui poderemos até afirmar que o Conservador faz uma verdadeira "transcrição" do teor do pedido de registo, sem qualquer papel na análise do documento junto, que pode conter as maiores falsidades ou erros.

Não podemos deixar de referir que um dos erros conceptuais da reforma de 2006 foi já corrigido, estamos a falar da inicial redação do artigo 11.º do C.S.C. Aprovado pelo Decreto-Lei 76-A/2006 de 29 de Março que dispunha:

"1- O registo por transcrição definitivo constitui presunção de que existe a situação jurídica, nos precisos termos em que é definida.

2- O registo por depósito de factos respeitantes a participações sociais e respectivos titulares tem os efeitos referido no número anterior."

O legislador pela mão do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro, revogou e bem o n.º 2 do citado artigo, mantendo em vigor apenas o seu número 1.

Adélia Tiago, Directora da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa em 2011 manifestou-se na presente matéria e referiu que apesar da lei ser clara na papel do conservador nestes actos de registo "isto não significa que o conservador se exima à obrigação de apreciar a legalidade extrínseca processual, quanto à legitimidade, e substancial, quanto admissibilidade a registo"³⁶.

A par da sua opinião, já o IRN se pronunciou igualmente quanto a este modo de registo e embora tenha reconhecido que os pedidos não podem ser objecto de um juízo de

³⁶Adélia Tiago, Directora da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa -2011 cit "Registo por Depósito nas Transmissões por Quotas", publicado na Revista TOC, n.º 143, p.62.

viabilidade, reconhece que como pedidos que são não podem deixar de ser alvo de uma apreciação de recebimento ou rejeição nos termos do artigo 46.º, n.º 2 do CRC³⁷.

No nosso entender não compreendemos porque é que a legislação não foi já revista e subsiste um normativo que como refere Carla Soares “o registo por depósito não pode ser recusado (art. 48.º do Código do Registo Comercial, a contrario), nem lavrado provisoriamente por dúvidas (art. 49.º do mesmo código à contrario), não pode ser declarado nulo (art. 22 do mesmo diploma legal, a contrario) e não constitui a presunção de que existe a situação jurídica, nos precisos termos em que é definida (art. 11 do referido Código, a contrario).” (Carla Soares,2009, pág126).

Deixamos aqui a nossa opinião de que o registo comercial por depósito não é um verdadeiro registo, o seu apelido deturpa os princípios enformadores do registo comercial e a falta de qualificação jurídica a que se sujeitou põe sob suspeita a segurança jurídica do próprio registo comercial.

4. Vícios do Registo

O registo comercial nem sempre é perfeito nos seus efeitos e pode pacer de dois vícios: a nulidade e a inexactidão.

O artigo 21.º do CRC, actualmente revogado pelo artigo 61,º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, consagrava ainda o vício de inexistência jurídica aplicável sempre que o registo fosse feito em conservatória territorialmente incompetente.

Depreende-se facilmente a razão da sua revogação com a eliminação da competência territorial.

4.1 A nulidade

A nulidade, pelo que se afere do texto do n.º1 do artigo 22.º do CRC, apenas se pode invocar quanto ao registo por transcrição.

Tal invocação carece que se verifique um dos seguintes pressupostos:

- a) que o registo seja falso ou tenha sido feito com base em títulos falsos;
- b) quando tiver sido feito com base em títulos insuficientes para a prova legal do facto registado;

³⁷Cfr. Parecer P.º R.Co. 25/2008 SJC-CT do Conselho Técnico do IRN

c) quando enfermar de omissões ou inexactidões de que resulte incerteza acerca dos sujeitos ou objecto da relação jurídica a que o facto registado se refere.

d) quando tiver sido assinado por pessoa sem competência funcional, salvo o disposto no n.º 2 do artigo 369.º do C.C.³⁸..

e) quando tiver sido lavrado sem apresentação prévia.

Seabra Lopes refere que “ parece também inquestionável que a nulidade do título, hipótese não prevista no art. 22.º, implicará, quando declarada, a nulidade do registo”. (Seabra Lopes, 2009, pág 222)

A retificação de um registo nulo pode a todo o tempo ser requerida nos casos previstos na lei, desde que não tenha sido ainda registada a acção de declaração de nulidade. Se tal tiver sucedido a nulidade do registo só pode ser invocada depois de declarada por decisão judicial com trânsito em julgado³⁹.

Os registos indevidamente efectuados que sejam nulos sempre que tenham sido feitos com base em títulos insuficientes para a prova legal do facto registado ou quando tiverem sido assinados por pessoa sem competência funcional, salvo o disposto no n.º 2 do artigo 369.º do C.C, podem ser cancelados com o consentimento dos interessados ou ainda em execução de decisão tomada em processo de rectificação, o qual iremos analisar um pouco mais em detalhe.

4.2 A inexactidão

Dispõe o artigo 23.º do CRC, que o registo é inexacto quando se mostre lavrado em desconformidade com o título que lhe serviu de base ou enferme de deficiências provenientes desse título que não sejam causa de nulidade.

5. Suprimento, rectificação e reconstituição do registo

O título a que dedico esta parte da minha dissertação vem regulada no Capítulo VI do CRC, porém é de realçar que o legislador revogou o artigo 79.º do CRC cujo teor era atinente ao suprimento⁴⁰.

³⁸ O artigo 369.º n.º 2 do CC dispõe: “ Considera-se, porém, exarado por autoridade ou oficial público competente o documento lavrado por quem exerça publicamente as respectivas funções, a não ser que os intervenientes ou beneficiários conhecessem, no momento da sua feitura, a falsa qualidade da autoridade ou do oficial público, a sua incompetência ou a irregularidade da sua investidura.

³⁹ Cf n.º 2 e n.º 3 do art.º 22.º do CRC.

⁴⁰ Revogado pelo artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março

Poderíamos considerar a partida que se tratou de um lapso na manutenção do título do capítulo, todavia poderemos compreender a sua manutenção aquando da leitura do artigo 79.º A CRC, sob a epígrafe “Procedimento simplificado de justificação”.

5.1 – Rectificação

O processo especial de retificação, consagrado no artigo 81.º do CRC, não se compadece com a forma de registo em causa.

Nos termos do seu número 2, dispõe-se que também ele é aplicável ao registo por depósito, com as necessárias adaptações.

Os registos inexactos ou ainda indevidamente lavrados devem ser retificados oficiosamente por iniciativa do conservador, logo que este tome conhecimento da irregularidade ou ainda a pedido de qualquer, ou de todos, os interessados.

O benefício de ser por todos requerido é que o registo é retificado sem necessidade de qualquer outra formalidade.

É de referir que sempre que a retificação não seja susceptível de prejudicar direitos dos titulares inscritos, e sempre que a inexactidão provenha da desconformidade com o título, analisados os documentos que serviram de base ao registo ou ainda sempre que, provindo a inexactidão de deficiência dos títulos, a retificação seja requerida por qualquer interessado com base em documento bastante existe uma dispensa de consentimento dos interessados.

Aquando do pedido deve ser indicada a identidade dos interessados e os fundamentos do pedido, acompanhados dos meios de prova necessários e do pagamento dos emolumentos devidos.

Feita a retificação esta é averbada no termo do processo especial para esse efeito previsto.

5.2 - Reconstituição

Dispõe o artigo Artigo 94º do CRC que em caso de extravio ou inutilização dos suportes documentais, os registos podem ser reconstituídos por reprodução a partir dos arquivos existentes, por reelaboração do registo com base nos respectivos documentos, ou por reforma dos referidos suportes.

A reprodução e reelaboração invocados pelo legislador não comportam na legislação em vigor uma definição específica todavia é intuitivo o seu significado.

A reprodução pode ser realizada apartir de duplicados existentes em outras conservatórias por exemplo, e a reelaboração consistirá na obtenção de nova documetação junto de instituições públicas e até mesmo dos interessados afim de elaborar novamente o registo “perdido”.

Se tal não for viável recorre-se ao processo de reforma, previsto no artigo 95.º CRC, que consagra que o mesmo se inicia com um auto lavrado pelo conservador e dirigido ao ministério público, do qual devem constar as circunsntâncias do extravio ou da inutilização, a especificação dos suportes documentais abrangidos e a referência ao período a que correspondem os registos.

O Ministério Público deve requerer ao juiz a citação edital dos interessados para, no prazo de dois meses, apresentarem na conservatória os documentos de que disponham; dos editais deve constar o período a que os registos respeitam.

Decorrido o prazo dos editais e julgada válida a citação, por despacho transitado em julgado, o Ministério Público deve promover a comunicação do facto ao conservador.

Há ainda a referir que a acção não prejudica os direitos decorrentes de factos registados antes do registo da acção que não tenham constado dos suportes documentais reformados, nos termos do artigo 97.º n.º 2 CRC.

Conclusão

A par de todas as alterações que se verificaram no Código de Registo Comercial pelos vários diplomas elencados o Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, designado abreviadamente por reforma de 2006 foi com certeza o que mais controvérsia gerou entre a doutrina.

Apesar das suas múltiplas alterações, o Código do Registo Comercial sempre se orientou por princípios que inspiram todo o ordenamento jurídico, contudo a reforma de 2006, veio a colocar em causa, na opinião de muitos a segurança do comércio jurídico.

Terá sido mesmo assim?

Pendemos para uma resposta afirmativa.

A par da inovação, da celeridade, da redução de custos, mantemos a opinião de que o legislador “legislou” para além do razoável.

Do duplo controle da legalidade, que analisamos, passamos a uma ausência total de controle.

O registo comercial pela sua natureza publicitária não pode ser susceptível de quaisquer dúvidas, deve ser um registo claro e seguro.

A reforma de 2006 abalou a confiança no sistema de registo comercial, mas pouco a pouco o legislador tem retificado lapsos, erros e omissões que inadvertidamente corromperam o código do registo comercial.

Comungamos da vontade de inovar e achamos legítimo que cada vez mais se recorra aos meios electrónicos, o futuro do século XXI.

Consideramos todavia que devem ser acautelados os princípios do registo comercial com mais acuidade pelo legislador, pois são eles que tornam o registo comercial um registo por excelência.

Bibliografia

Livros

ABREU, J. Coutinho de (2002) – Curso de Direito Comercial, II, Das sociedades, Coimbra: Ed. Almedina, ISBN 978-972-40-3805-6.

ALMEIDA D'EÇA, Francisca (2008) – Registos Online, Coimbra: Ed Almedina, ISBN 978-972-40-3699-1

CARVALHO, Paula de e SILVA VIEIRA, Nuno da Costa (2008) – Guia da Empresa, Coimbra Editora, ISBN 978-972-32-1639-4

MENEZES CORDEIRO, A. M. R. (2004) – Manual de Direito das Sociedades, Vol. I, Das sociedades em geral, Coimbra: Ed. Almedina, ISBN 978-972-40-2256-0.

MOUTEIRA GUERREIRO, J.A. (2014) – Ensaio sobre a problemática da titulação e do registo à luz do direito português, Coimbra Editora, ISBN 978-972-32-2219-7

MOUTEIRA GUERREIRO, J. A. (1994) – Noções de Direito Registral (Predial e Comercial), 2.^a ed., Coimbra: Coimbra Ed., ISBN 978-972-32-0657-9

PEREIRA DE ALMEIDA, António (2003) – Sociedades Comerciais, 3^a ed., Coimbra, ISBN 972-32-1145-9

OLIVEIRA ASCENSÃO, José (1993) – Sociedades Comerciais – VOL IV – Lições policopiadas,

SEABRA LOPES, J. de (2005) – Direito dos Registos e do Notariado, 3^a ed., Coimbra: Ed Almedina, ISBN 972-40-2457-1

SEABRA LOPES, J. de (2009) – Direito dos Registos e do Notariado, 4^a ed., Coimbra: Ed Almedina, ISBN 978-972-40-3325-9

SOARES, Carla (2009) – Contra-reforma do notariado e dos registos: um erro conceptual, Coimbra Editora, ISBN 978-982-40-3939-8

Pareceres do Conselho Técnico do IRN

Sumários de Pareceres do CT

[Consult. em 12-03-2014]

Disponível em:

<http://www.irn.mj.pt/IRN>

[Parecer n.º22/2008 SJC-CT](#)

[\[Consult. Em 26-04-2014\]](#)

Disponível em:

<http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/comercial/2008/p-r-co-22-2008-sjc-ct-e/downloadFile/file/R.Co22-08-R.P.73-08.pdf?nocache=1319100977.13>

[Parecer n.º25/2008 SJC-CT](#)

[\[Consult. Em 26-04-2014\]](#)

Disponível em:

<http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/comercial/2008/p-r-co-25-2008-sjc-ct/downloadFile/file/prco025-2008.pdf?nocache=1319101181.86>

Fontes do Direito Europeu com acesso electrónico

Primeira Diretiva n.º 68/151/CEE de 9 de março, tendente a coordenar as garantias que, para proteção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados membros às sociedades, na aceção do segundo parágrafo do artigo 58.º do Tratado, a fim de tornar equivalentes essas garantias em toda a Comunidade.

[\[Consult. em 25-08-2014\]](#)

Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu>

Diretiva 2003/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho, que altera a Diretiva 68/151/CEE no que diz respeito aos requisitos de publicidade relativamente a certas categorias de sociedades.

[\[Consult. em 25-08-2014\]](#)

Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu>

Documentos electrónicos

MOUTEIRA GUERREIRO, J. A. (2007) – Registo comercial – Ainda existe?, Conferência efetuada no dia 16 de maio de 2007 na Faculdade de Direito do Porto.

[Consult. em 27-06-2014]

Disponível em:

<http://www.fd.uc.pt>

ADÉLIA TIAGO - Registo por Depósito nas Transmissões por Quotas, Revista TOC – Ano XII, n.º 143.

[Consult. em 25-05- 2014]

Disponível em:

<http://pt.calameo.com/read/00032498187756a47d4ec>

Endereços eletrónicos

IRN – Instituto dos Registos e do Notariado

Disponível em: <http://www.irn.mj.pt>

Portal da Empresa

Disponível em:

<http://www.portaldaempresa.pt>

IES – Informação Empresarial Simplificada

Disponível em: <http://www.ies.gov.pt>

Portal do Cidadão

Disponível em: <http://www.portaldocidadao.pt>

Portal da Justiça

Disponível em: <http://publicacoes.mj.pt/>

Apêndices

Apêndice A

Registos por transcrição e publicações obrigatórias das sociedades comerciais e civis sob forma comercial

Estatuição Legal - CRC	Elenco dos Actos	Registo Obrigatório Artigo 15.º CRC	Publicação Obrigatória Artigo 70.º CRC
Art.º 3.º n.º1 a)	A constituição.	Sim	Sim
Art.º3.ºn.º1 m)	A designação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades, bem como do secretário da sociedade.	Sim	Sim
Art.º 3.ºn.º1 o)	A mudança da sede da sociedade e a transferência de sede para o estrangeiro.	Sim	Sim
Art 3.º n.º1 r)	A prorrogação, fusão interna ou transfronteiriça, cisão, transformação e dissolução das sociedades, bem como o aumento, redução ou reintegração do capital social e qualquer outra alteração ao contrato de sociedade.	Sim	Sim
Art 3.º n.º1 s)	A designação e cessação de funções, anterior ao encerramento da liquidação, dos liquidatários das	Sim	Sim

	sociedades, bem como os atos de modificação dos poderes legais ou contratuais dos liquidatários		
Art 3.º n.º 1 t)	O encerramento da liquidação ou o regresso à atividade da sociedade	Sim	Sim

Apêndice B

Registos por depósito e publicações obrigatórias das sociedades comerciais e civis sob forma comercial

Estatuição Legal - CRC	Elenco dos Actos	Registo Obrigatório Artigo 15.º CRC	Publicação Obrigatória Artigo 70.º CRC
Art.º 3.º n.º 1 b)	A deliberação da assembleia geral, nos casos em que a lei a exige, para aquisição de bens pela sociedade.	Sim	Sim
Art.º 3.º 1 c)	A unificação, divisão e transmissão de quotas de sociedades por quotas, bem como de partes sociais de sócios comanditários de sociedades em comandita simples.	Sim	Não
Art.º 3.º n.º 1 d)	A promessa de alienação ou de oneração de partes de capital de sociedades em nome coletivo e de sociedades em comandita simples e de quotas de sociedades por quotas, bem como os pactos de preferência, se tiver sido convencionado atribuir-lhes eficácia real, e a obrigação de preferência a que, em disposição de última vontade, o testador tenha atribuído igual eficácia.	Sim	Sim
Art 3.º n.º 1 e)	A transmissão de partes sociais de sociedades em nome coletivo, de partes sociais de sócios	Sim	Não

	comanditados de sociedades em comandita simples, a constituição de direitos reais de gozo ou de garantia sobre elas e a sua transmissão, modificação e extinção, bem como a penhora dos direitos aos lucros e à quota de liquidação.		
Art 3.º n.º 1 f)	A constituição e a transmissão de usufruto, o penhor, arresto, arrolamento e penhora de quotas ou direitos sobre elas e ainda quaisquer outros atos ou providências que afetem a sua livre disposição.	Sim	não
Art 3.º n.º 1 g)	A exoneração e exclusão de sócios de sociedades em nome coletivo e de sociedades em comandita, bem como a extinção de parte social por falecimento do sócio e a admissão de novos sócios de responsabilidade ilimitada.	Sim	Sim
Art 3.º n.º 1 i)	A amortização de quotas e a exclusão e exoneração de sócios de sociedades por quotas.	Sim	não
Art 3.º n.º 1 j)	A deliberação de amortização, conversão e remissão de ações.	Sim	Sim
Art 3.º n.º 1 l)	A emissão de obrigações, quando realizada através de oferta particular, exceto se tiver ocorrido,	Sim	Sim

	dentro do prazo para requerer o registo, a admissão das mesmas à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários.		
Art 3.º n.º1 n)	A prestação de contas das sociedades anónimas, por quotas e em comandita por ações, bem como das sociedades em nome coletivo e em comandita simples quando houver lugar a depósito, e de contas consolidadas de sociedades obrigadas a prestá-las.	Sim	Sim
Art 3.º n.º1 p)	O projeto de fusão interna ou transfronteiriça e o projeto de cisão de sociedades.	Sim	Sim
Art 3.º n.º1 q)	O projeto de constituição de uma sociedade anónima europeia por meio de fusão, o projeto de constituição de uma sociedade anónima europeia por meio de transformação de sociedade anónima de direito interno e o projeto de constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais, bem como a verificação das condições de que depende esta última constituição.	Sim	Sim
Art 3.º n.º1 u)	A deliberação de manutenção do domínio total de uma sociedade por outra, em relação de grupo, bem	Sim	Sim

	como o termo dessa situação.		
Art 3.º n.º1 v)	O contrato de subordinação, suas modificações e seu termo.	Sim	sim
Art 3.º n.º1 z)	A emissão de <i>warrants</i> sobre valores mobiliários próprios, quando realizada através de oferta particular por entidade que não tenha valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado nacional, exceto se tiver ocorrido, dentro do prazo para requerer o registo, a admissão dos mesmos à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários.	Sim	Sim

Apêndice C

Registos por transcrição e publicações obrigatórias relativos a outros registos obrigatórios

Estatuição Legal - CRC	Elenco dos Actos Artigo 53.º A do CRC	Registo Obrigatório Artigo 15.º n.º 5 e 6 do CRC	Publicação Obrigatória Artigo 70.º n.º 1 d) do CRC
Art.º 9.º b)	As ações que tenham como fim, principal ou acessório, declarar, fazer reconhecer, constituir, modificar ou extinguir qualquer dos direitos referidos nas alíneas a), m) o) r) s) t) artigo 3.º Nota: excepto o registo do projeto de constituição de sociedade anónima europeia gestora de participações	Sim	Não
Art.º 9.º c)	As ações de declaração de nulidade ou anulação dos contratos de sociedade.	Sim	Sim
Art.º 9.º e)	As ações de declaração de nulidade ou anulação de deliberações sociais, bem como os procedimentos cautelares de suspensão destas.	Sim	Não
Art 9.º f)	As ações de reforma, declaração de nulidade ou anulação de um registo ou do seu cancelamento.	Sim	Não
Art 9.º g)	As providências cautelares não especificadas requeridas com referência às mencionadas nas alíneas b) a g). Nota: estas ações e providências cautelares serão registos	Sim	Não

	por transcrição ou por depósito conforme sejam qualificados os registros a que se referem.		
Art 9.º h)	As decisões finais, com trânsito em julgado, proferidas nas ações e procedimentos cautelares referidos nas alíneas b) a g) Nota: estas ações e providências cautelares serão registros por transcrição ou por depósito conforme sejam qualificados os registros a que se referem.	Sim	Sim
Art 9.º i)	As sentenças de declaração de insolvência de sociedades comerciais, de sociedades civis sob forma comercial bem como o trânsito em julgado das referidas sentenças.	Sim	Não
Art 9.º l)	Os despachos de nomeação e de destituição do administrador judicial e do administrador judicial provisório da insolvência, de atribuição ao devedor da administração da massa insolvente, assim como de proibição da prática de certos atos sem o consentimento do administrador da insolvência e os despachos que ponham termo a essa administração.	Sim	Não
Art 9.º n)	As decisões judiciais de encerramento do processo de insolvência.	Sim	Não

Art 9.º o)	As decisões judiciais de confirmação do fim do período de fiscalização incidente sobre a execução de plano de insolvência.	Sim	Não
------------	--	-----	-----

Apêndice D

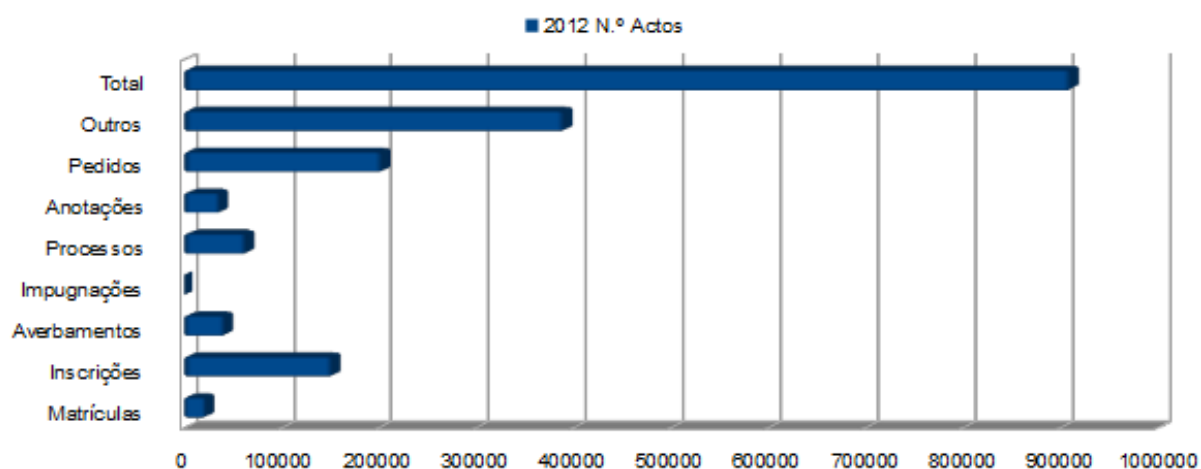
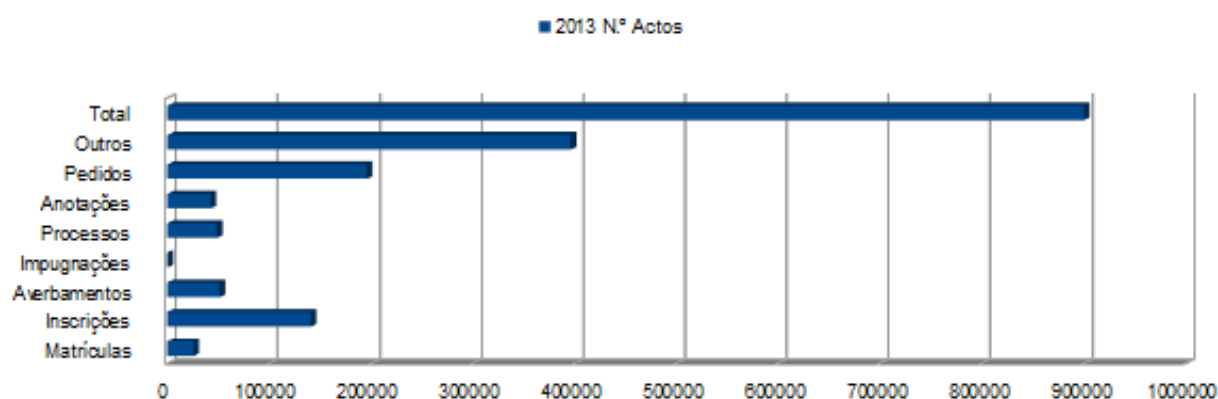
Registos por depósito e publicações obrigatórias relativos a outros registos obrigatórios

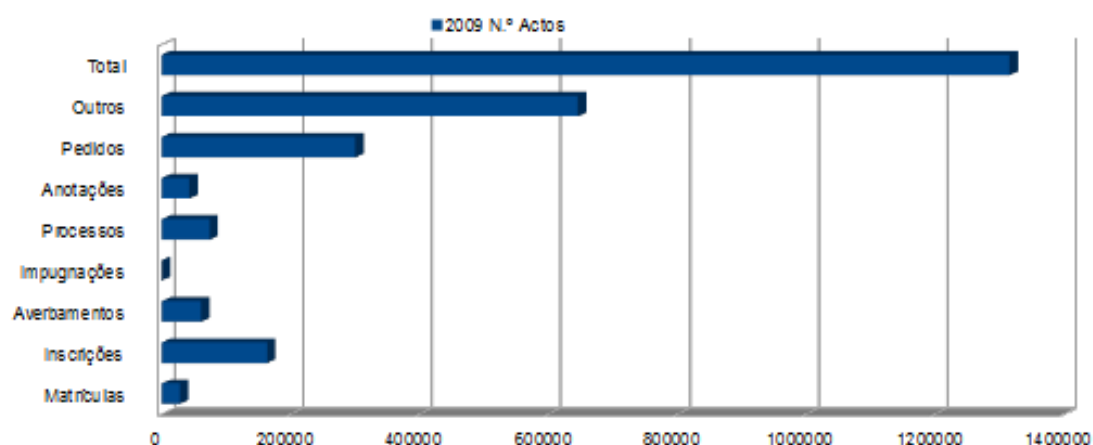
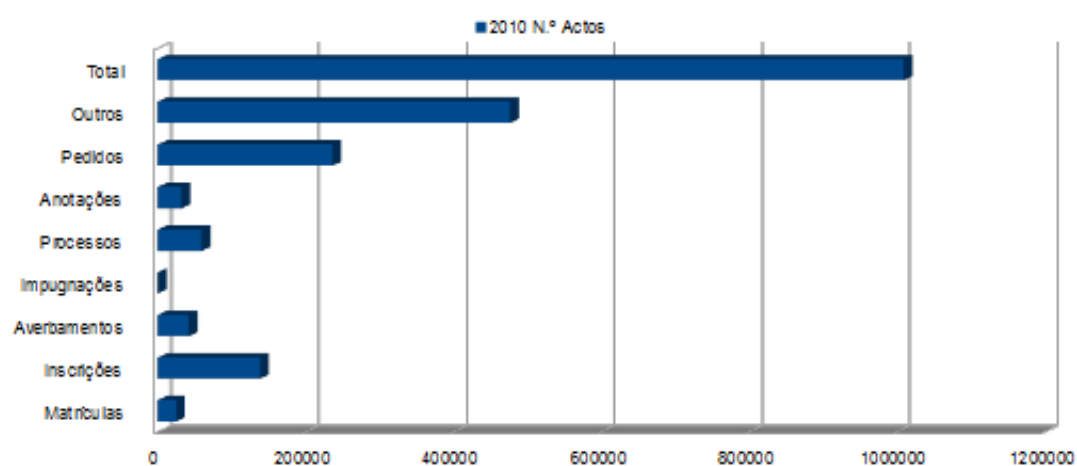
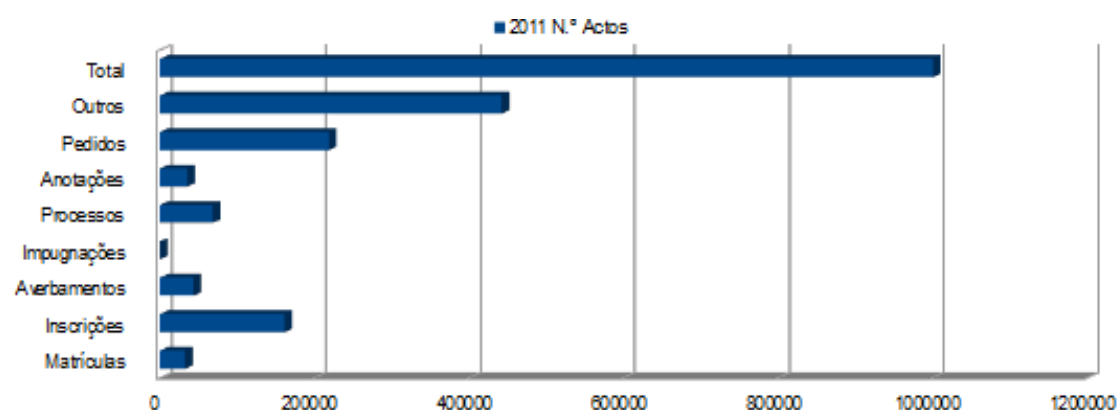
Estatuição Legal - CRC	Elenco dos Actos Artigo 53.º A do CRC	Registo Obrigatório Artigo 15.º n.º 5 e 6 do CRC	Publicação Obrigatória Artigo 70.º n.º 1 d) do CRC
Art 9.º b)	acessório, declarar, fazer reconhecer, constituir, modificar ou extinguir qualquer dos direitos referidos nos artigos 3.º a 8.º; Os fatos mencionados nas alíneas b) a l), n), p), q), u), v) e z) do n.º 1 do artigo 3.º. Nota: excepto o registo do projeto de constituição de sociedade anónima europeia gestora de participações	Sim	Não
Art 9.º g)	As providências cautelares não especificadas requeridas com referência às mencionadas nas alíneas b) a g). Nota: estas ações e providências cautelares serão registos por transcrição ou por depósito conforme sejam qualificados os registos a que se referem.	Sim	Não
Art 9.º h)	As decisões finais, com trânsito em julgado, proferidas nas ações e procedimentos cautelares referidos nas alíneas b) a g). Nota: estas ações e providências cautelares serão registos por transcrição ou por depósito conforme sejam qualificados os	Sim	Sim

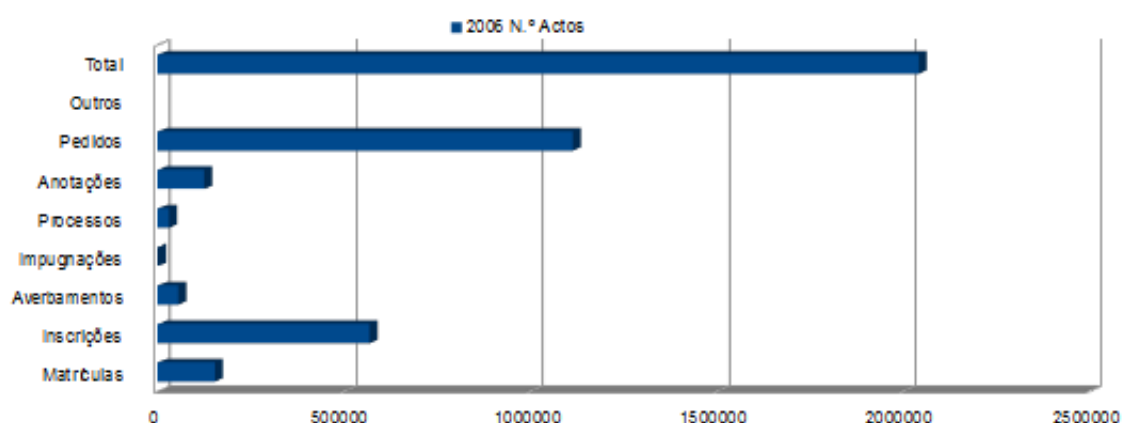
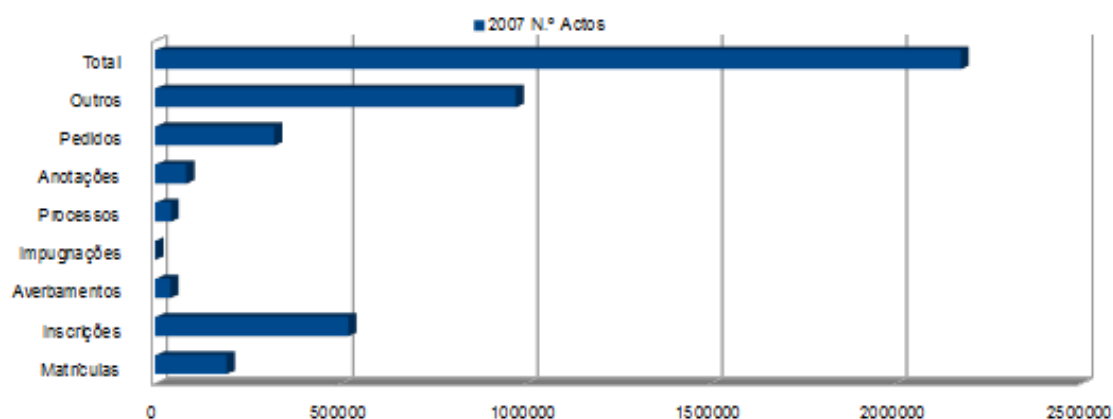
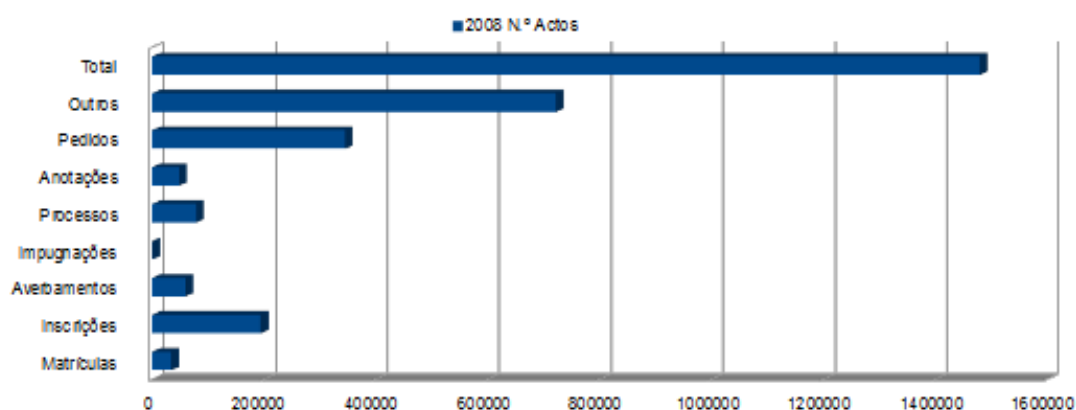
	registos a que se referem.		
Art 10.º c)	A criação, a alteração e o encerramento de representações permanentes de sociedades com sede em Portugal ou no estrangeiro, bem como a designação, poderes e cessação de funções dos respetivos representantes.	Sim	Sim
Art 10.º f)	Quaisquer outros factos que a lei declare sujeitos a registo comercial.	Sim	Não

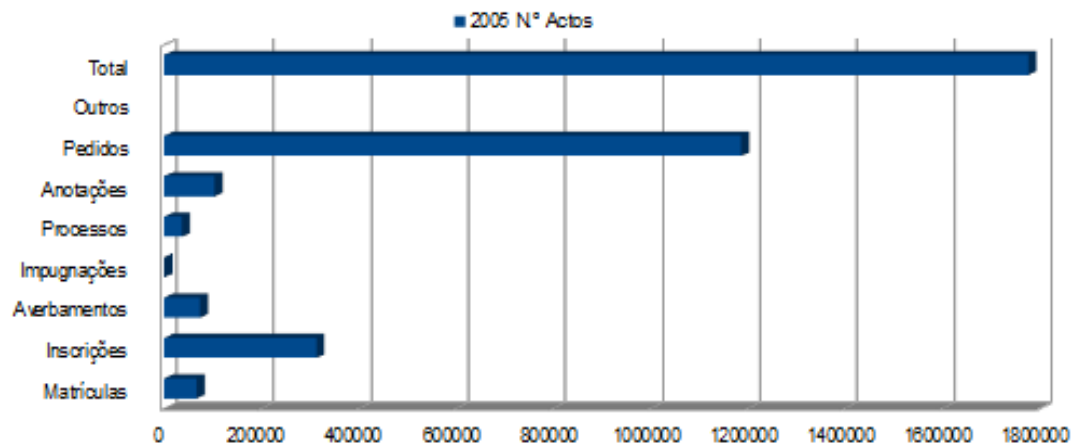
Apêndice E

Ano	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Tipo de Acto (Nível 1)	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos	N.º Actos
Matrículas	25649	22338	32530	24768	28128	33961	192236	152176	66020
Inscrições	140688	152462	161144	138241	163215	193799	522136	568056	312131
Averbamentos	51135	41868	43302	41848	60999	59078	40575	54234	73285
Impugnações	15	38	30	33	25	44	36	93	185
Processos	48614	63501	67939	59125	74096	78304	42439	29742	35448
Anotações	42437	36696	35091	31865	42795	47667	83752	123812	103104
Pedidos	195677	203583	218755	236588	300701	344785	321924	1113344	1186206
Outros	396106	390746	442316	476820	645649	721801	974232
Total	900321	911232	1001107	1009288	1315608	1479439	2177330	2041457	1776379










Anexos

Anexo A - Modelo 1 – Requerimento para transcrição por depósito

 Direção Geral dos Registos e do Notariado www.dgrn.mj.pt	Modelo 1 REQUERIMENTO PARA REGISTO POR TRANSCRIÇÃO¹ Conservatória do Registo Comercial de _____
--	--

(A preencher pelos serviços)

Apresentação N.º:

Data:

Emolumentos: Art. RERN E
Art. RERN E
Total DE

Rubrica do funcionário: _____

A – ENTIDADE (preenchimento obrigatório)

N.º Matricula:

Firma/Denominação: _____

B – REQUERENTE (preenchimento obrigatório)

Nome/Firma/Denominação: _____

Residência/Domicílio/Sede: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____

N.º de identificação: BI ☐ NIPC ☐ Outro: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ e-mail: _____@_____

NIB (facultativo):

C – FACTOS A REGISTAR (preenchimento obrigatório)

N.º Ordem	Facto

¹ Este requerimento não tem de ser preenchido e apresentado na conservatória do registo comercial se o pedido de registo for efectuado por forma verbal, presencialmente, por pessoas com legitimidade para o efeito.

[illegible]

Ass.: _____



Anexo B - Modelo 2 – Requerimento para registo por depósito (excepto registos de factos respeitantes a quotas e partes sociais e respectivos titulares)

 Direção Geral dos Registos e do Notariado www.dgrn.mj.pt	Modelo 2 REQUERIMENTO PARA REGISTO POR DEPÓSITO (excepto registos de factos respeitantes a quotas e partes sociais e respectivos titulares)¹		
	Conservatória do Registo Comercial de _____		
(A preencher pelos serviços)			
Data do pedido: <input type="text"/>		Art. 22.º n.º 3 RERN 100,00 €	Rubrica do funcionário: _____
Emolumentos:		Art. _____ RERN _____ €	
		Total _____ €	
A – ENTIDADE (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)			
N.º Matricula: <input type="text"/>			
Firma/Denominação: _____			
B – REQUERENTE (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)			
Nome/Firma/Denominação: _____			
<input type="checkbox"/> Advogado/Solicitador em representação da entidade			
Residência/Domicílio/Sede: _____			
Código Postal: _____ Localidade: _____			
N.º de identificação: <input type="text"/> BI <input type="checkbox"/> NIPC <input type="checkbox"/> Outros: _____			
Telefone: _____ Telemóvel: _____ e-mail: _____			
NIS (facultativo): <input type="text"/>			
C – SUJEITO ACTIVO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)			
Nome/Firma/Denominação: _____			
NIPC/NIPC: <input type="text"/>			
Residência/Sede: _____			
Código Postal: _____ Localidade: _____			

¹ Este requerimento não tem de ser preenchido e apresentado na conservatória do registo comercial se o pedido de registo for efectuado por forma verbal, presencialmente, por pessoa com legitimidade para o efeito.

D - FACTO (ASSINALE E PREENCHA OS CAMPOS - PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)			
1	<input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DE CONTAS <input type="checkbox"/> Contas consolidadas ANO DO EXERCÍCIO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
	Documentos a entregar obrigatoriamente (artigo 42.º do CRCCom):		
	<input type="checkbox"/> Acta de <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
	<input type="checkbox"/> Relatório de gestão de <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
	<input type="checkbox"/> Balanço de <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
2	<input type="checkbox"/> Demonstração de resultados <input type="checkbox"/> Anexo ao balanço e à demonstração de resultados		
	<input type="checkbox"/> Certificação legal de contas <input type="checkbox"/> Parecer do órgão de fiscalização, quando exista		
	<input type="checkbox"/> PROJECTO DE FUSÃO	1 - MODALIDADE _____	
	<input type="checkbox"/> PROJECTO DE CISÃO	2 - FIRMA E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPANTES (Indicar em declarações complementares – quadro F)	
3	<input type="checkbox"/> REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	Assinalar quando aplicável	1 - INÍCIO DE PRODUÇÃO DE EFEITOS <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
	<input type="checkbox"/> CONTRATO DE AGÊNCIA	<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO <input type="checkbox"/> EXTINÇÃO	
	<input type="checkbox"/> MANDATO		2 - PRAZO DE DURAÇÃO, se estipulado _____
	<input type="checkbox"/> CONTRATO DE SUBORDINAÇÃO	Assinalar quando aplicável	3 - PREENCHER QUADRO C – SUJEITO ACTIVO (representante, agente, mandatário, sociedade directores)
		<input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> TERMO	
4	<input type="checkbox"/> EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES	1 - DATA DA DELIBERAÇÃO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
	<input type="checkbox"/> EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS	2 - MONTANTE DA EMISSÃO _____	
		3 - VALOR NOMINAL DAS OBRIGAÇÕES/TÍTULOS _____	
5	<input type="checkbox"/> RELATÓRIO DO ROC PARA AQUISIÇÃO TENDENTE AO DOMÍNIO TOTAL		
	<input type="checkbox"/> AQUISIÇÃO TENDENTE AO DOMÍNIO TOTAL PREENCHER QUADRO C – SUJEITO ACTIVO (sociedade dominante)		
6	<input type="checkbox"/> DELIBERAÇÃO SOCIAL PARA A AQUISIÇÃO DE BENS PELA SOCIEDADE		
	DATA <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
7	<input type="checkbox"/> DELIBERAÇÃO SOCIAL:	<input type="checkbox"/> DE MANUTENÇÃO DO DOMÍNIO TOTAL	1 - DATA <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
		<input type="checkbox"/> DE TERMO DO DOMÍNIO TOTAL	2 - PREENCHER QUADRO C – SUJEITO ACTIVO (sociedade dominante)

	<input type="checkbox"/> DE AMORTIZAÇÃO DE AÇÕES <input type="checkbox"/> DE CONVERSÃO DE AÇÕES <input type="checkbox"/> DE REMISSÃO DE AÇÕES	1 - DATA <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 2- MONTANTE _____ 3 - ESPÉCIE (quando indicada) _____
60	<input type="checkbox"/> DELIBERAÇÃO SOCIAL DE REDUÇÃO DE CAPITAL	1 - DATA <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 2- MONTANTE _____, __€
65	<input type="checkbox"/> PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÓNIMA EUROPEIA MODALIDADE _____ Indicar em declarações complementares (quadro F) FIRMA E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPANTES, nos casos de constituição de sociedade anónima europeia por meio de fusão e de constituição de sociedade anónima europeia gestora de participações sociais	
70	<input type="checkbox"/> PROJECTO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE SOCIEDADE ANÓNIMA EUROPEIA PARA OUTRO ESTADO DA UNIÃO EUROPEIA <input type="checkbox"/> PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE ANÓNIMA EUROPEIA EM SOCIEDADE ANÓNIMA DE DIREITO INTERNO <input type="checkbox"/> PROJECTO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DO AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO	
75	<input type="checkbox"/> EMISSÃO DE WARRANTS AUTÓNOMOS SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS	
80	<input type="checkbox"/> ACÇÃO <input type="checkbox"/> PROCEDIMENTO CAUTELAR <input type="checkbox"/> PROVIDÊNCIA CAUTELAR (quando incida sobre factos que devam ser registados por depósito) <input type="checkbox"/> DECISÃO FINAL (quando incida sobre factos que devam ser registados por depósito)	1 - DATA DE ENTRADA/ DATA DA DECISÃO (quanto às providências cautelares) <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 2 - PEDIDO/DECISÃO (Indicar o seu teor em declarações complementares – quadro F) 1 - N.º DO PROCESSO _____ 2 - DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> 3 - DECISÃO (Indicar o seu teor em declarações complementares – quadro F)
85	1 - PREENCHER QUADRO C – SUJEITO ACTIVO (autor, requerente) 2 - TRIBUNAL _____	
90	<input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO ou EXTINÇÃO DO FACTO REGISTADO POR DEPÓSITO (Indicar qual e a respectiva data): _____	
95	<input type="checkbox"/> OUTROS Indicar: _____	

[illegible]

D - SUJEITO ACTIVO (preenchimento obrigatório)

Nome/Firma/Denominação _____

NIF/NIPC: Estado Civil _____ Nome do Cônjuge _____

Regime bens: ☐ c. geral ☐ c. adquiridos ☐ separação ☐ Outro _____

(indica) _____ Residência/Sede _____

Código Postal _____ - Localidade _____

E - SUJEITO PASSIVO (preenchimento obrigatório)

Nome/Firma/Denominação _____

NIF/NIPC: Estado Civil _____ Nome do Cônjuge _____

Regime bens: ☐ c. geral ☐ c. adquiridos ☐ separação ☐ Outro _____

(indica) _____ Residência/Sede _____

Código Postal _____ - Localidade _____

F – FACTO (ASSINALE E PREENCHA OS CAMPOS QUE LHE RESPEITAM - preenchimento obrigatório)

1	<input type="checkbox"/> TRANSMISSÃO	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> PARTE SOCIAL <input type="checkbox"/> Outro _____	
2	<input type="checkbox"/> TRANSMISSÃO NA SEQUÊNCIA DA DIVISÃO	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> PARTE SOCIAL DE SÓCIO COMANDITÁRIO em sociedade em comandita simples	VALOR NOMINAL da quota/ parte dividida _____, ____ €
3	<input type="checkbox"/> UNIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> PARTE SOCIAL DE SÓCIO COMANDITÁRIO em sociedade em comandita simples	VALOR NOMINAL das quotas/ partes unificadas _____, ____ € _____, ____ € _____, ____ € _____, ____ € _____, ____ € _____, ____ €
4	<input type="checkbox"/> USUFRUTO	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Outro _____	<input type="checkbox"/> Constituição <input type="checkbox"/> Transmissão <input type="checkbox"/> Cancelamento
5	<input type="checkbox"/> PROMESSA COM EFICÁCIA REAL	<input type="checkbox"/> Alienação <input type="checkbox"/> Oneração	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Outro _____

6	<input type="checkbox"/> PREFERÊNCIA COM EFICÁCIA REAL	<input type="checkbox"/> Pacto <input type="checkbox"/> Obrigação instituída em testamento	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Outros _____
7	<input type="checkbox"/> PENHOR	<input type="checkbox"/> Constituição <input type="checkbox"/> Transmissão <input type="checkbox"/> Cancelamento	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Usufruto de quota <input type="checkbox"/> Usufruto de parte social <input type="checkbox"/> Outros _____
8	<input type="checkbox"/> PENHORA	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Direito aos lucros <input type="checkbox"/> Direito à quota de liquidação <input type="checkbox"/> Outros _____	Quantia garantida _____ € Tribunal _____
9	<input type="checkbox"/> ARRESTO	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Outros _____	_____ _____ _____
10	<input type="checkbox"/> ARROLAMENTO	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Outros _____	N.º do processo _____
11	<input type="checkbox"/> EXONERAÇÃO DE SÓCIO		Data do Fato ____/____/____
12	<input type="checkbox"/> EXCLUSÃO DE SÓCIO		
13	<input type="checkbox"/> AMORTIZAÇÃO DE QUOTA		
14	<input type="checkbox"/> EXTINÇÃO DA PARTE SOCIAL POR FALECIMENTO DO SÓCIO		
15	<input type="checkbox"/> ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS DE RESPONSABILIDADE ILIMITADA		
16	<input type="checkbox"/> AÇÃO	Tribunal onde foi instaurada(o)/decretada _____	
17	<input type="checkbox"/> PROCEDIMENTO CAUTELAR	Data de entrada do pedido ou data da decisão (no caso de providência cautelar) ____/____/____	
18	<input type="checkbox"/> PROVIDENCIA CAUTELAR	Nota: Indicar teor do pedido ou da decisão (providência cautelar) no quadro H – Declarações Complementares.	

19	<input type="checkbox"/> DECISÃO JUDICIAL Tribunal onde foi proferida _____ Número do processo _____ Data do trânsito em julgado <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Nota: Indicar teor dispositivo da decisão no quadro H – Declarações Complementares.		
20	<input type="checkbox"/> OUTROS DIREITOS _____	<input type="checkbox"/> Constituição <input type="checkbox"/> Alteração <input type="checkbox"/> Cancelamento	<input type="checkbox"/> Quota <input type="checkbox"/> Parte social <input type="checkbox"/> Outro _____
21	<input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO OU EXTINÇÃO DO FACTO REGISTADO POR DEPÓSITO (Indicar qual o facto extinto ou modificado e a respectiva data) _____ _____ _____		
22	<input type="checkbox"/> OUTROS Indicar _____ _____ _____		

G - DOCUMENTOS (preencher quando necessário)	
<input type="checkbox"/> DUPLICADO DE PETIÇÃO INICIAL / REQUERIMENTO apresentado em	<input type="text"/> /
<input type="checkbox"/> CERTIDÃO JUDICIAL emitida em	<input type="text"/> / pelo Tribunal de
<input type="checkbox"/> DOCUMENTO PARTICULAR anexado em	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL de	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> ESCRITURA PÚBLICA lavrada em	<input type="text"/> Cartório Notarial
<input type="checkbox"/> OUTROS (indicar a entidade emitente e data de emissão)	

H - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES	
<p>Assinalar uma opção</p> <p><input type="checkbox"/> TEOR DO PEDIDO/REQUERIMENTO DE ACÇÃO/PROCEDIMENTO CAUTELAR</p> <p><input type="checkbox"/> DECISÃO JUDICIAL (Conteúdo dispositivo)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p> <p>(Indicar qual o quadro e campo, se for o caso, a completar)</p>	

I - DATA E ASSINATURA DO REQUERENTE:	
	<input type="text"/> /
Ass.:	

